

Medicamentos dos Yanomamis eram vendidos por garimpeiros



Por **Fábio Bispo e Fred Santana** – Enquanto indígenas Yanomami sofrem com a falta de medicamentos fornecidos pelo SUS para tratamento de malária e verminoses, sobra oferta desses remédios nos garimpos ilegais instalados dentro da própria Terra Indígena Yanomami.

A **InfoAmazonia e o Vocativo** identificaram em redes sociais o comércio de Artesunato+Mefloquina e Cloroquina, produzidos pela Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz) e pelo Ministério da Saúde, e que deveriam ser distribuídos gratuitamente pela rede pública para o tratamento da malária. A reportagem teve acesso a mensagens em grupos de WhatsApp utilizados por garimpeiros da região, onde esses medicamentos são livremente comercializados por preços entre R\$ 150 e R\$ 200.



A falta desses medicamentos, segundo especialistas, contribuiu para o agravamento da crise humanitária que os Yanomami enfrentam. Só em 2022, **foram registrados 11.530 casos confirmados de malária no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami**, mas, segundo constataram as autoridades, não havia medicamentos o suficiente para atender a demanda de indígenas acometidos pela doença. Os dados foram divulgados na última semana pelo Ministério da Saúde após uma missão especial constatar a situação de emergência sanitária no território.

Os índices de infecção e de mortalidade infantil na TI vão na contramão do aumento de investimentos feitos pelo governo federal na saúde dos Yanomami. Entre 2020 e 2022, o DSEI Yanomami foi o que mais recebeu verbas em todo o Brasil, tendo acesso a mais de R\$ 200 milhões em recursos, segundo aponta **inquérito** do Ministério Público Federal (MPF) instaurado para apurar desvio de recursos públicos na compra de medicamentos.

O inquérito do MPF identificou que apenas uma parte muito pequena dos remédios foi efetivamente distribuída aos indígenas Yanomami. Segundo a investigação, o esquema inseriu registros falsos no Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica para simular a entrega de remédios ao DSEI-Y.

A fraude teria a colaboração de indicados políticos nos distritos sanitários, os DSEIs, que são os responsáveis pelo tratamento e distribuição de medicamentos aos indígenas que vivem em terras indígenas: “As irregularidades decorrem da nomeação de coordenadores distritais por critérios políticos ao invés de técnicos”, aponta o MPF.

Um homem identificado pela reportagem como Jonata Prado Dantas, que se diz maqueiro hospitalar, atua como uma espécie de atravessador e é um dos que anuncia os medicamentos do SUS nos grupos de WhatsApp. Após meses de acompanhamento nas redes, a reportagem da InfoAmazonia identificou que Prado negocia diversos tipos de remédios, utensílios para garimpo e até mercúrio, que é utilizado na extração ilegal do ouro.

A lista de remédios oferecidos por Dantas ilegalmente no grupo de garimpeiros inclui remédios do SUS para malária, como o Artesunato+Mefloquina e a Cloroquina, entre outros medicamentos de assistência básica, como Benzetacil, Dexametasona e Amoxicilina.

Durante a investigação para esta matéria, a reportagem descobriu que Dantas foi **preso** em flagrante pela Polícia Militar de Roraima no ano passado, suspeito de tentar negociar a compra de um rifle calibre 32 em Boa Vista (RR). Ele e o suposto vendedor da arma foram abordados após uma denúncia e acabaram confirmando a negociação da arma que disseram “ser antiga”. Na casa de Dantas, a polícia relatou ter encontrado equipamentos de rádio transmissor e “uma caixa com diversos remédios para malária e testes para malária que, segundo ele, vendia para garimpeiros”.

Em outro áudio obtido pela reportagem, um “fornecedor”, que não foi identificado, afirma ter os remédios do SUS, Artesunato+Mefloquina com ele no garimpo: “tenho 80 doses, porém, esse material tá aqui comigo no garimpo”.

Entre 2020 e 2022, segundo dados do Ministério da Saúde, mais de 13,6 mil comprimidos de Artesunato+Mefloquina, que são fabricados pela Fiocruz, foram encaminhados para tratamento de malária na TI Yanomami. No mesmo período, foram distribuídas 639 mil doses de cloroquina, remédio que é usado para combater a malária, mas que, durante a pandemia, foi usado pelo governo para tratar a Covid-19, mesmo sem eficácia comprovada. (**Veja a lista completa de medicamentos enviados ao DSEI-Y**).

“Os curuminzinhos tudo com malária”

Mas, ao que tudo indica, os medicamentos para tratamento de malária e de outras doenças não chegaram aos Yanomami. Em um dos pedidos de socorro enviados ao MPF, um indígena Yanomami relatou a situação calamitosa da doença entre crianças e a falta de remédios para tratamento.

REGRAD, Ed. Especial – Parceria INAC e UNIVEM, p 358-364, julho de 2024

Os procuradores do MPF apontam, também, que a falta de cobertura de tratamento para verminose deixou mais de 10 mil crianças desassistidas e que entre 2019 e 2022, mais de 300 crianças Yanomami, vítimas de desnutrição e de malária, foram removidas de suas comunidades para tratamento de média ou alta complexidade em Boa Vista. 360

Em dezembro do ano passado, o MPF recomendou a nomeação de um interventor para o DSEI Yanomami que seguisse critérios técnicos e a destituição de coordenadores que atuavam na terra indígena, o que só ocorreu este ano, após a posse do presidente Lula (PT).

“O interventor também deverá investigar as denúncias apresentadas, assumir o controle dos contratos já firmados e apresentar um cronograma de ações para garantir o pleno restabelecimento do estoque de medicamentos e sua dispensação aos estabelecimentos de saúde da TI Yanomami”, recomendou o MPF.

No sábado, o presidente Lula esteve em Roraima, onde anunciou a emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Um Comitê Nacional foi implantado sob coordenação da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), vinculada ao Ministério de Saúde. A intervenção federal **deve durar 90 dias para atuar no território,** com possibilidade de prorrogação.

Remédio produzido pela Fiocruz

A última entrega de Artesunato+Mefloquina da Fiocruz para o Ministério da Saúde ocorreu em 2020. No caso da Cloroquina, apesar de trazer a marca do SUS, a instituição não conseguiu confirmar se é produção própria, já que há outros fornecedores da medicação para a rede pública.

“Temos a rastreabilidade de todo medicamento fabricado pelo Instituto, assim como o local e a data de entrega, conforme determinação legal. Entretanto, após o recebimento dos lotes pelo MS [Ministério da Saúde]– no almoxarifado central ou secretarias estaduais e municipais de saúde –, essa rastreabilidade só poderá ser realizada pelo próprio MS”, informou a Fiocruz.

No último dia 18 de janeiro, após questionamento da reportagem, a Fiocruz **encaminhou ofício alertando** o Ministério da Saúde sobre as suspeitas de irregularidades.

“Diante da gravidade e criticidade dessa notificação e tendo Farmanguinhos entregue toda a produção ao Ministério da Saúde, vimos a necessidade de informar-lhes a fim de que medidas possam ser tomadas para que o rastreio da distribuição desse medicamento possa ser feito e apurado o fato relatado”, diz trecho do ofício encaminhado às autoridades de Saúde.





Procurado pela reportagem, Jonata Prado Dantas confirmou por WhatsApp que vendia os medicamentos contra a malária por R\$ 150 a caixa. Ao saber que se tratava de uma reportagem, e ao ser questionado sobre a venda ilegal, ele deletou as mensagens e bloqueou sua conta para a equipe.



A reportagem também procurou o Ministério da Saúde e a SESAI para comentar os possíveis desvios de medicamentos do SUS e quais medidas devem ser tomadas. Mas não teve resposta até o

fechamento desta matéria. O MPF informou que vai apurar os possíveis desvios de medicamentos do SUS para os garimpos na Terra Indígena Yanomami.

Garimpeiros e a malária

Os relatos feitos à InfoAmazonia por profissionais de saúde que estiveram na TI Yanomami são estarrecedores. “Estive na terra indígena Yanomami, no mês de julho e novembro do ano passado fazendo ações de saúde, principalmente relacionada à malária, tivemos que levar, além de medicamentos, lâminas e lancetas, pois as equipes locais não tinham esse material!”, afirma Hernane Guimarães Júnior, epidemiologista e professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Segundo Guimarães, a malária só pode ser tratada com esses medicamentos e, na falta de um deles ou mesmo na falta de quantidade suficiente, o tratamento fica comprometido, ocasionando, também, uma possível resistência da doença e mais transmissão local.

“Além dos medicamentos de malária, as equipes não tinham antitérmico, antibiótico e etc. Levamos 90% dos medicamentos básicos para atenção primária em saúde”, afirma o epidemiologista.

Além dos medicamentos de malária, as equipes não tinham antitérmico, antibiótico e etc. Levamos 90% dos medicamentos básicos para atenção primária em saúde

A malária é uma doença infecciosa, febril e aguda, transmitida pela picada de mosquitos do gênero *Anopheles* infectados pelo parasita do gênero *Plasmodium*. Ela também pode ser transmitida da mãe para o bebê durante a gestação. No caso dos Yanomami, a doença era considerada controlada até a intensificação da invasão garimpeira nos últimos quatro anos. Como transitam por diferentes garimpos da Amazônia, os garimpeiros são apontados como agentes de circulação da doença nas áreas mais isoladas da floresta.

O infectologista André Siqueira, pesquisador do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz) e que integra a missão do Ministério da Saúde ao território Yanomami, diz que um dos principais objetivos das equipes de saúde é identificar os infectados e tratá-los o mais rápido possível para, assim, conter o avanço da malária no local.

“O ideal é que as pessoas sejam tratadas nas primeiras 48 horas após o início dos sintomas, o que diminui a possibilidade de transmissão. E o abastecimento de medicamentos é prioridade neste momento”, afirma Siqueira. “Os garimpeiros circulam [infectados] com parasitas [da malária] nessas áreas, que eram áreas com a malária controlada. Mas, com a presença desses garimpeiros, ocorreu uma alteração do ambiente social e muitas vezes foi o fator que culminou também na falta de assistência médica”, completa o infectologista.

Segundo o governo federal, mais de 30,4 mil indígenas convivem com mais de 20 mil garimpeiros na Terra Indígena Yanomami. A atividade garimpeira está contaminando os rios que abastecem as comunidades locais, destruindo a floresta e afetando as condições de sobrevivência dos Yanomami.

Breve histórico da invasão

O território Yanomami começou a ser invadido na Ditadura Militar, durante a década de 70, com a construção da estrada perimetral norte (1973-76). Programas de colonização da Ditadura Militar acentuaram a invasão nos anos 1978 e 1979 com fazendeiros se instalando dentro da TI com títulos expedidos pelo INCRA.

A partir de 1987, o limite leste do território Yanomami foi amplamente invadido por garimpeiros levando graves conflitos para a região. Em 25 de maio de 1992, o presidente Fernando Collor de Mello homologou a Terra Indígena Yanomami sem fazer a desintrusão do território.

Em 1993, garimpeiros ilegais realizaram o Massacre de Haximu deixando 16 Yanomamis mortos. Foi o primeiro e único crime do Brasil a ser julgado como um genocídio. Desde então, o escândalo provocado pelo Massacre do Haximu reforçou a necessidade de uma permanente assistência e proteção do Estado brasileiros com as comunidades Yanomami em Roraima.

Manobra da Educação injetou R\$ 14 milhões em associações de pais e mestres

Com fragilidades em transparência e fiscalização, APMS nunca receberam tanto dinheiro, que foi transferido às pressas pela prefeitura

Por Cristiano Pavini

Em uma manobra para driblar amarras, cumprir promessas, agilizar obras e tentar atingir o mínimo constitucional de gastos com educação, a prefeitura de Ribeirão Preto **injetou R\$ 14,1 milhões** em **Associações de Pais e Mestres (APMs)** em 2021.

Com fragilidades em transparência e fiscalização, essas entidades **nunca receberam tanto dinheiro**, que foi transferido **às pressas** pela Secretaria de Educação.

Metade do valor, R\$ 7,2 milhões, foi repassado no final de novembro de 2021. O montante apenas nesse mês é maior do que em todo o ano de 2020 e 2019, somados.

Análises de dados e entrevistas realizadas pelo *Farolete* apontam que a ação do Executivo **abre brechas para prejuízos aos cofres públicos**, já que as APMS usam o dinheiro sem licitação e, muitas vezes, sem gestão interna democrática.

Repasses para APMS

Quanto a prefeitura enviou para as Associações de Pais e Mestres em cada ano (valores em milhões de reais sem correção inflacionária)



Fonte: Análise do *Farolete* junto aos dados oficiais do Tribunal de Contas - Dados de 2022 até junho

Todas as 107 escolas municipais possuem sua própria APM. Cada entidade tem **CNPJ e conta bancária própria**, movimentada pela diretora. O dinheiro entra por meio de atividades internas – como festas juninas –, transferências do governo federal e, principalmente, aportes da prefeitura.

Professores, pais, diretores, integrantes do poder público e membros de conselhos representativos ouvidos sob anonimato pelo *Farolete* foram unânimes: **as APMS são essenciais e devem ser fortalecidas**, pois agilizam reparos, compras de materiais e pequenas reformas, dando **autonomia à comunidade escolar**.

Entretanto, todos também alertaram que as APMS, em geral, **não estão preparadas para lidar com tanto dinheiro** como foi repassado em 2021, tampouco com a pressão do governo para que fosse rapidamente utilizado.

“Cada escola é de um jeito. Por isso esse upgrade milionário que tivemos no ano passado é **perigoso**. De modo geral, as APMS não têm estrutura para gastar tanto recurso assim de forma eficiente. Além de desvios, pode ocorrer mau uso. Ou seja: contratar empresas por **preço bem mais elevado do que o mercado**, já que não há conhecimento técnico para avaliar”, relatou ao *Farolete* um veterano integrante de APM, que já participou dos conselhos municipais de Educação e de Alimentação Escolar.

Entre 2014 e 2020, cada APM recebeu, em média, R\$ 30 mil anuais. O valor varia em cada ano, dependendo da disponibilidade financeira da prefeitura e do porte da escola. Já em 2021, a média foi de R\$ 130 mil, o **quadrúplo**.

A APM da escola de Ensino Fundamental Salvador Maturano, localizada no Parque Ribeirão, foi a campeã: recebeu R\$ 249 mil em 2021. Para efeito de comparação, nos sete anos anteriores havia recebido entre R\$ 24 mil e R\$ 44 mil.

Quanto cada APM recebeu

Comparativo de valores recebidos pela APM de cada escola em 2020 e 2021, valores em milhares de reais

APM	2020	2021
EMEF PROF. SALVADOR MARTURANO	35,2	249,4
EMEF PROF. DR. PAULO MONTE SERRAT FILHO	36,5	230,1
EMEI PROF.ª CARMEM AP. DE CARVALHO RAMOS	35,1	218,6
EMEF NELSON MACHADO	30,1	218,4
EMEF PROF. PAULO FREIRE	40,9	217,8
EMEF DR. FAUSTINO JARRUCHE	36,4	215,8
CEMEI VIRGILIO SALATA	38,7	214,1

Fonte: Análise do *Farolete* junto aos dados do Tribunal de Contas

Em nota ao *Farolete*, a **Secretaria de Educação negou manobras** para cumprir o teto constitucional. Justificou que os repasses ocorreram para **acelerar a adequação e melhora física das escolas**, no contexto de obtenção do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), proteção sanitária da Covid e arborização. Disse, também, que valorizou a **gestão democrática escolar**. **Leia o posicionamento completo ao final da reportagem.**

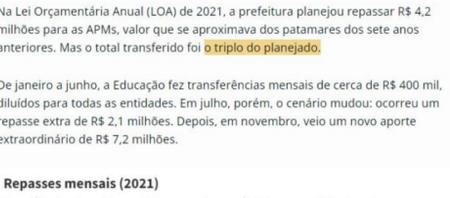
Correria

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021, a prefeitura planejou repassar R\$ 4,2 milhões para as APMS, valor que se aproximava dos patamares dos sete anos anteriores. Mas o total transferido foi o **triplo do planejado**.

De janeiro a junho, a Educação fez transferências mensais de cerca de R\$ 400 mil, diluídos para todas as entidades. Em julho, porém, o cenário mudou: ocorreu um repasse extra de R\$ 2,1 milhões. Depois, em novembro, veio um novo aporte extraordinário de R\$ 7,2 milhões.

Repasses mensais (2021)

Somatória de subvenções para APMS, agregado por mês. Valores em milhões de reais.



Fonte: Análise do *Farolete* junto aos dados oficiais do Tribunal de Contas

A mudança foi tanta em relação ao planejado na LOA que o governo precisou pedir autorização da Câmara. O projeto de lei autorizando o remanejamento foi protocolado no Legislativo em 19 de outubro. Na semana seguinte, tramitou sob regime de **“urgência especial”** e foi aprovado em 28 de outubro.

Farolete apurou que quatro fatores motivaram a correria da gestão Duarte Nogueira em turbinar as APMS.

O principal deles foi a tentativa de cumprir a **obrigação constitucional de direcionar 25% das receitas próprias para Educação**.

Em 2021, a Secretaria de Educação não conseguiu executar os gastos planejados, pois a pandemia da Covid manteve as salas de aula fechadas. Além disso, houve aumento de arrecadação e de repasses federais, fazendo com que a despesa necessária para atingir os 25% fosse maior.

Sem tempo para realizar licitações de melhorias nas escolas, o governo optou pelo caminho das APMS. Ou seja: inflou em milhões os repasses para as entidades, já que os recursos transferidos são contabilizados nos 25% obrigatórios para Educação.

A pressa foi tanta que, no mesmo dia em que o projeto de lei autorizando turbinar as APMS era votado pelos vereadores, a prefeitura já se antecipou à aprovação e fez o registro contábil de “liquidação” de quase todos os R\$ 7,2 milhões extras, embora eles fossem ser efetivamente transferidos apenas dali a 28 dias.

Três integrantes de APMS ouvidos pelo *Farolete*, sob anonimato, afirmaram que as diretoras souberam que receberiam o repasse milionário extra poucas semanas antes do dinheiro cair, e sofreram pressão velada do governo para utilizarem o mais rapidamente possível.

Mesmo com toda a manobra, a prefeitura não conseguiu cumprir a Constituição Federal. Conforme *Farolete* abordou em duas **reportagens**, apenas 23,45% das receitas próprias foram destinadas para Educação em 2021. Faltaram R\$ 31,8 milhões para atingir o patamar.

Outros fatores

O upgrade das APMS também serviu para cumprir três promessas da Secretaria de Educação: promover reparos e obras para as unidades escolares conseguirem o **AVCB** (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), adequação elétrica para instalação de aparelhos de **ar-condicionado** e promover o **“verdeamento”** das unidades.

Esse verdeamento consiste em criar ou ampliar jardins e árvores nas escolas. Embora seja uma política municipal, válida para todas as unidades, o governo decidiu descentralizar a execução.

Em vez de abrir uma licitação para contratar empresas para elaborar projetos e realizar as obras, deixou a cargo de cada escola fazer suas contratações.

Isso **encareceu o valor total**, já que o as APMS **não fazem licitação**. E, também, **não realizam compras conjuntas**.

“Esses recursos adicionais foram excelentes para a minha escola. Ela era só concreto, agora está ficando mais verde e agradável. Aproveitamos e até estamos construindo um parquinho, demanda antiga. Mas tenho pena da diretora, pois estava acostumada a lidar com pequenas compras e agora está conduzindo uma reforma de médio porte. Imagine ter que lidar com a rotina escolar, pais, alunos, professores, e ainda acompanhar uma obra?”, relatou um professor ao *Farolete*, sob anonimato.

Fragilidades

Cabe ao diretor de cada escola gerir os recursos das APMS. Ele é acompanhado por um **Conselho Fiscal**, formado por dois pais de alunos e um professor. Cada unidade, porém, tem um *modus operandi* diferente, conforme a participação da comunidade escolar e postura do diretor.

Em algumas escolas, o diretor conduz a APM com mão de ferro, sem abrir a tomada de decisão para os demais integrantes. Pais e professores membros do Conselho Fiscal, nessas ocasiões, são indicados por iniciativa do diretor e **não fiscalizam**, em razão da amizade ou por terem represálias.

Em outras unidades, as decisões são compartilhadas e a fiscalização é rotineira, com pais e professores ativos.

As compras das APMS são feitas sem licitação. Entretanto, é necessário realizar três cotações prévias. As exceções ocorrem em casos excepcionais, como reparo emergencial elétrico.

Esse modelo era utilizado porque, em geral, as APMS fazem compras e contratações de baixo valor, em geral abaixo de R\$ 1 mil. Já em 2021, uma única APMS chegou a pagar, entre o Natal e o Ano Novo, R\$ 30 mil para uma única empresa.

Em 2015, uma sindicância descobriu que uma diretora usou **cheques da APM de uma creche para comprar um carro particular**. Em 2021, outro profissional foi **exonerado** por problemas na prestação de contas.

“É melhor que a escola gerencie os recursos e obras, já que a estrutura das unidades é muito heterogênea e com necessidades diferentes”, diz um professor ativo na comunidade escolar ouvido pelo *Farolete*.

Mas ele aponta que em 2021 muitas reformas foram feitas sem o devido acompanhamento da engenharia da prefeitura. “Alguns diretores acabam desperdiçando recursos com obras irregulares, sem total adequação às normas da ABNT, como não observar acessibilidade, além de uso para fins meramente estéticos”, citou.

Outro professor também pontuou, ao *Farolete*, que o governo errou ao repassar os recursos apenas no final de 2021.

“Tivemos o ano inteiro sem aulas, em razão da Covid. Já no final de novembro tivemos, de uma só vez, R\$ 140 mil para minha escola, com pressão do governo para virar obras de adequação ao AVCB. Resultado: iniciamos o ano letivo de 2022 com a volta dos alunos em meio à reforma em andamento”.

Outro lado

Em extenso posicionamento enviado ao *Farolete*, a Secretaria de Educação defendeu o upgrade das APMS. Leia, abaixo, um compilado das justificativas:

1. A ampliação da subvenção das APMS ocorreu, em um primeiro momento (agosto), para medidas emergenciais de atendimento aos protocolos de segurança de Covid, como aquisição de itens de higiene e proteção individual.

2. Em novembro houve nova complementação, visando a emissão de MANVCB e alvarás de vigilância sanitária. A prefeitura tinha um contrato de manutenção das escolas, que foi encerrado em junho de 2021, e a nova licitação estava em andamento. Por isso, as APMS foram a solução para agilizar as melhorias.

3. O governo orientou as escolas que a compra de materiais e equipamentos deveria ocorrer pelas APMS apenas se não houvesse disponibilidade no almoxarifado da Secretaria. Os serviços de manutenção também deveriam ser feitos pelas APMS apenas se não existisse contrato vigente pela Secretaria.

4. “Cabe ressaltar que as contratações de bens e serviços realizadas para atendimento das unidades escolares sempre são efetivadas mediante processo licitatório, seguindo o que a legislação determina. O que ocorreu nas duas parcelas complementares no ano de 2021 foram medidas excepcionais”, alegou a Educação.

5. O governo também informou que em setembro de 2021 assinou carta-compromisso com o programa “Ribeirão -3°C”, para uma ação de verdejamento das escolas, tendo como objetivos “ampliar a cobertura vegetal e “promover ações de sustentabilidade e educação ambiental”. Os recursos para as APMS implementarem esse programa foram repassados na parcela de novembro da subvenção.

6. Sobre o acompanhamento técnico para as obras de AVCB e verdejamento, a prefeitura alegou que “prestou assistência e orientação” às escolas, por meio das equipes de Divisão de Parcerias e Convênios, Divisão de Obras e Manutenção da Estrutura Predial, Divisão de Orçamentos e Finanças, entre outros.

7. O governo afirmou que “os controles e a fiscalização são bastante efetivos”, com conferência mensal das prestações de contas das APMS. A Secretaria diz que “possui equipe capacitada” para fiscalizar as APMS e entidades conveniadas, mas não informou quantas pessoas, nem se o quantitativo foi ampliado em razão do aumento das verbas.

Série

Essa é a primeira de uma série de reportagens que *Farolete* publicará sobre o uso de recursos pelas APMS em 2021. Acompanhe nossas redes sociais para ficar atualizado das próximas. Ou nos chame pelo WhatsApp para ser incluído em nossa lista de transmissão de matérias. É só dar um “oi” clicando **aqui**.

Como *Farolete* apurou

1. Fizemos o download, junto ao Tribunal de Contas do Estado, das despesas anuais da prefeitura de Ribeirão Preto, de 2014 a junho de 2022.

2. Nesse período, considerando o prefeito, Câmara, autarquias (como o extinto Daerp) e fundações, o poder público municipal gastou R\$ 22 bilhões.

3. Separamos, desse montante, apenas os R\$ 40,2 milhões relativos a APMS, e fizemos a análise por ano, mês e entidade.

4. Entrevistamos cinco pessoas que são ativas na comunidade escolar e conselhos representativos, para entender a realidade das APMS. Todas falaram ao *Farolete* sob anonimato, para evitar represálias.

Foto de capa: *Guilherme Sirilli* (Coordenadoria de Comunicação Social da prefeitura)

Achou importante?

Apoie o jornalismo local, compartilhe essa matéria e ilumine outros leitores.

Apóie

REPORTAGENS RELACIONADAS

carros da Caca
Cherry

mi para
publicidade
mirando eleições

câmbio por 18 anos

← →

Fiscalização: Publicado em: 07/08/2022 Tempo de leitura: 5 mins

Sem licitação, microempresa de Ribeirão recebeu R\$ 836 mil das APMs em 2021

Localizada em um condomínio residencial, ela foi contratada por 50 das 108 Associações de Pais e Mestres.



Por Cristiano Pavini

Sem licitação, uma microempresa localizada em um condomínio residencial de Ribeirão Preto recebeu **R\$ 836 mil** de APMs (Associação de Pais e Mestres) em 2021. Ela foi contratada por 50 das 108 entidades vinculadas a escolas municipais e paga com **dinheiro público**, repassado pela prefeitura.

Na semana passada, *Farolete* **revelou** que a Secretaria de Educação injetou R\$ 14 milhões nas APMs em 2021, em uma manobra atípica feita às pressas. O valor, em um único ano, foi superior à somatória de todos os repasses feitos entre 2020 e 2017.

Repasses para APMs

Quanto a prefeitura enviou para as Associações de Pais e Mestres em cada ano (valores em milhões de reais sem correção inflacionária)



Esse upgrade teve, entre os objetivos, cumprir o mínimo constitucional de destinar 25% das receitas para educação e agilizar reformas nas unidades escolares.

No ano passado, a microempresa "Izaura Tereza Guidugli Lovato ME" emitiu 215 notas fiscais de prestação de serviços para APMs, conforme levantamento feito pelo *Farolete*.

Na Receita Federal, seu endereço remete a uma **casa em um condomínio** no Jardim Zara. Ela foi registrada em 2011, tendo como principal atividade "serviços de pintura de edifícios". Mas também realiza "obras de alvenaria", "paisagismo" e instalações hidráulicas e elétricas.

Dos R\$ 836 mil pagos pelas APMs à empresa, R\$ 305 mil são de notas fiscais emitidas em dezembro. Nos dez últimos dias do ano, no apagar das luzes entre o Natal e o Réveillon, foram R\$ 179 mil.

Para gastar o dinheiro recebido da prefeitura, as APMs não realizam licitações, apenas buscam três orçamentos prévios. Também não promovem compras conjuntas, ou seja: cada uma faz contratos individuais com os fornecedores ou prestadores de serviço.

As compras das APMs são **menos transparentes** do que da prefeitura, que são amplamente disponíveis no Portal de Transparência e no Tribunal de Contas de Estado, em formatos que permitem a fiscalização pela sociedade (**leia mais no decorrer da reportagem**).

A microempresa Izaura Lovato tentou participar de uma licitação para reparos elétricos em uma creche municipal em 2020, mas foi inabilitada por não apresentar todos os documentos exigidos.

Ao *Farolete*, um dos responsáveis pela empresa informou que ela tem atuação há mais de uma década. "Trabalhamos com obras e instalações nos setores industrial e empresarial. **Não precisamos ter uma sede para isso**, já que a natureza do serviço é comprar o material e contratar mão de obra para executar", explicou.

Segundo ele, as escolas encaminham rotineiramente e-mails **solicitando orçamentos**. "Às vezes a gente ganha, às vezes não. Até me surpreende essa informação de que fomos os mais contratados. Acordamos às cinco da manhã e trabalhamos até o sol se pôr, por isso nosso preço é mais conta e somos escolhidos".

Ele diz que realiza todo tipo de serviço para as escolas, em especial alvenaria, elétrica, hidráulica e pintura. "Nem sabemos de onde vem o dinheiro. Compramos o material, executamos o serviço e recebemos da escola".

Recorrente

Farolete localizou 905 empresas que prestaram serviços para APMs em 2021. Juntas, elas receberam **R\$ 7,2 milhões**, custeados com recursos da prefeitura. Desse montante, 20% (R\$ 1,3 milhão) refere-se a notas fiscais emitidas nos **últimos quinze dias do ano**.

Correria natalina

Farolete separou todas as notas fiscais emitidas por empresas para APMs e agregou os valores em cada data. Quanto maior o tamanho da barra, maior o valor total das notas fiscais, de todas as empresas, emitidas naquele dia. As barras crescem no final do ano. O recorde foi em 22 de dezembro: R\$ 197 mil



Ao todo, 87 empresas ganharam mais que R\$ 15 mil de APMs no ano passado.

Segundo a antiga Lei de Licitações, as prefeituras podem contratar sem licitação até R\$ 8 mil para serviços e compras ou R\$ 15 mil para obras de engenharia. Essa regra, porém, **não se aplica** para entidades conveniadas, como é o caso das APMs.

Onze empresas receberam, na somatória das APMs, **valores acima de R\$ 100 mil**, originalmente de recursos públicos, no ano passado.

Depois da Izaura, a segunda mais contratada foi a "PPS Paulista Prestação de Serviços", uma microempresa localizada em uma casa no bairro Jardim Seme Cury, recebeu **R\$ 367,3 mil** das APMs em 2021. Na Receita Federal, sua principal atividade econômica é "obras de alvenaria".

O proprietário explicou ao *Farolete* que realiza serviços gerais de serralheria, pintura, manutenção de ar-condicionado e reparos elétricos para as APMs, e que o valor inclui o material e a mão de obra.

"Eu sou o proprietário da empresa e trabalho, coloco a mão na massa, chamando mais três ou quatro funcionários pagando diárias. **Então isso barateia o custo**. É diferente de outras empresas, em que o dono só corre atrás do serviço e não trabalha. Eu sempre vou atrás e entrego os orçamentos para as escolas, e **elas me contratam por ser o mais em conta**. Além disso, o mais caro é o material, e não a mão de obra", explicou.

Em terceiro no ranking de fornecedores das APMs está a FM Manutenções, que recebeu **R\$ 362 mil**. Ela também é uma microempresa localizada em uma casa no Parque Ribeirão, fundada em outubro de 2020, cuja principal atividade é "obras de alvenaria".

O dono informou, ao *Farolete*, que **não depende de sede própria para atuar**, já que os serviços são prestados em imóveis de terceiros.

"A empresa é séria e cumpridora de todas as obrigações, visando a excelência na prestação dos serviços de reforma e manutenção predial em geral, com documentos fiscais emitidos e impostos pagos, além de registro fotográfico dos trabalhos executados", justificou.

Auditoria

Farolete apurou que o upgrade nos valores destinados às APMs não foi acompanhado de ampliação na fiscalização.

A secretaria de Educação tem um setor específico para **auditar** as prestações de contas de entidades conveniadas, como creches do terceiro setor, e APMs. Segundo resposta enviada ao *Farolete* por meio da Lei de Acesso à Informação, seis pessoas integram a auditoria.

"A legislação determina que os pagamentos aos fornecedores sejam efetuados através de transferência eletrônica diretamente na conta do prestador ou fornecedor", informou o governo, ressaltando que o dinheiro das APMs **não pode ser sacado para pagamento em espécie**.

Para Rafael dos Anjos, especialista em gestão pública e fundador da startup RevelaGov, como foco na fiscalização de recursos públicos, o **modelo de descentralização de recursos para as APM é correto e deve ser fortalecido**.

Entretanto, ele aponta **falhas de fiscalização e transparência**.

Na prática, é muito mais eficiente a contratação direta por quem precisa. O modelo das APMs é parecido com o norte-americano, em que o dinheiro fica próximo da execução. Hoje a Lei de Licitações é um entrave, não fin das contas, podem sair até mais caras ou lentas. Entretanto, as APMs precisam ter ampla transparência e fiscalização, com uma política de contratação de fornecedores e auditoria eficaz.

Rafael dos Anjos

Na semana passada, cinco integrantes de APMs ouvidos pelo *Farolete* também reforçaram que as associações são **essenciais** para o dia a dia escolar e **não podem ser criminalizadas**. Mas ressaltaram que, nos moldes atuais, elas não estão preparadas para lidar com tanto dinheiro como repassado pela prefeitura em 2021.

Menos transparentes

1. Ao contrário da prefeitura, Câmara e administração indireta, os gastos das APMs não são detalhados no Portal de Transparência ou Tribunal de Contas.
2. A sociedade até tem acesso a uma relação de despesas, com nome do fornecedor, data e valor. Essa divulgação básica teve início em 2017, primeiro ano da gestão Duarte Nogueira. Antes disso, os dados não eram acessíveis. .
3. Porém, o sistema só permite o download desse relatório em PDF relacionado a cada APM, para cada ano, que não traz a descrição do serviço/compra, CNPJ do fornecedor e nem está em formato aberto (como planilha eletrônica), o que permitiria a análise sistematizada.
4. Os pareceres do Conselho Fiscal de cada APM, bem como a análise da auditoria da Secretaria de Educação, não estão disponíveis no Portal de Transparência.

O que diz o governo

Em nota enviada ao *Farolete*, a Secretaria de Educação ressaltou que **não tem ingerência** nas contratações realizadas pelas APMs.

Sobre a concentração de recursos em dezembro, o governo justificou ser esse **o melhor período para que sejam executados**, em razão do "recesso escolar", já que a maioria dos gastos envolveram obras e pintura.

"Apesar da Lei Federal nº 13.019/2014 estabelecer que não se aplica às parcerias o disposto na Lei de Licitações, procuramos orientar para que o recurso repassado, visando o atendimento do Plano de Trabalho, seja utilizado em contratações de serviços por etapas, priorizando os quesitos segurança, higiene e limpeza, bem como para que as contratações ocorram com diversos prestadores", informou a Educação.

Em posicionamento publicado pelo *Farolete* na reportagem anterior, o governo **negou qualquer manobra ou prejuízo** com o upgrade das APMs, afirmando que estava valorizando a gestão democrática das escolas.

Como fizemos essa reportagem

1. Farolete fez o download manual, uma a uma, da prestação de contas de cada uma das 107 APMs, disponíveis no Portal de Transparência
2. Os arquivos estão em formato PDF, dificultando a análise. Farolete converteu para o formato de planilha eletrônica (Excel e similares) e os agregou.
3. Após corrigir falhas no processo de conversão, a reportagem analisou os 5.248 lançamentos de despesas das APMs em 2021, que somaram R\$ 7,2 milhões.

Achou importante?

Apoie o jornalismo local, compartilhe essa matéria e ilumine outros leitores.

APOIE

Faça parte do movimento para vitalizar outras reportagens, fortalecendo o jornalismo local independente! Estamos com uma campanha de financiamento coletivo no Catarse. Com a partir de R\$ 10 mensais, você nos ajuda a estruturar o site!

Apoie →

REPORTAGENS RELACIONADAS

Fiscalização

Câmara de Ribeirão vai gastar R\$ 1,6 milhão na compra de 12 carros da Caoa Cherry

Fiscalização

Câmara de RP inclui pesquisas de opinião em licitação de R\$ 1,9 mi para publicidade mirando eleições

Fiscalização

Empréstimo de 70 milhões de dólares deixará prefeitura de RP refém do câmbio por 18 anos

←
→

Fiscalização Publicado em 09/08/2022 Tempo de leitura: 4 mins

Membro do alto escalão da Educação controlava empresa 'campeã' das APMs

Chefe da Divisão de Atribuição de Aulas tinha procuração para gerenciar a empresa que recebeu R\$ 836 mil sem licitação em 2021



Por Cristiano Pavini

Uma professora concursada, que exerce a função comissionada de **chefe da Divisão de Atribuição de Aulas** da rede municipal de ensino, tinha **procuração para gerenciar** a empresa que recebeu, em 2021, **R\$ 836 mil** das APMs (Associação de Pais e Mestres). Os pagamentos foram feitos com **recursos públicos, sem licitação**.

Farolete localizou, na Junta Comercial, que Izaura Tereza Guidugli Lovato, proprietária da microempresa que leva seu nome, assinou uma procuração dando à servidora Roberta Leonardo "poderes para tratar de assuntos, negócios e interesses" da empresa, inclusive **realizar movimentações bancárias e assinar contratos**.

Conforme *Farolete* revelou em série de reportagens, a Secretaria de Educação aportou **R\$ 14,1 milhões** nas APMs em 2021, um recorde, maior que a somatória dos quatro anos anteriores.

Essas associações, essenciais para as escolas, fazem compras baseadas apenas em cotações de preços, e têm menos transparência e fiscalização do que a prefeitura.

A empresa Izaura Tereza Guidugli Lovato foi a preferida das APMs em 2021, sendo contratada por 50 das 108 associações. Juntas, elas gastaram R\$ 7,2 milhões no ano passado. Um a cada oito reais foi parar na microempresa ligada a Roberta. **Os gastos de 2022 ainda não estão disponíveis no Portal de Transparência**.

O endereço comercial da microempresa remete a um condomínio residencial no Jardim Zara. Na procuração consta que Roberta Leonardo **reside no mesmo local**.

Além de Roberta, a empresa deu procuração para Nilton Carlos Lovato, que também mora no mesmo endereço.



Trecho da procuração obtida pelo *Farolete* (dados pessoais ocultados).

Farolete apurou que Nilton e Roberta são companheiros. É ele quem responde, na prática, pela empresa. Três integrantes de comunidades escolares distintas relataram, à reportagem, que a relação deles é conhecida nas escolas.

"Mesmo que indiretamente, há uma ingerência da Roberta com as diretoras que controlam as APMs, em razão de seu cargo e também porque ela já foi diretora de uma EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil)", relatou um profissional, sob anonimato, ao *Farolete*.

Roberta coordena a atribuição de aulas dos professores, **sem estar relacionada com recursos financeiros para as APMs**, que são gerenciados por outro setor na Secretaria.

Nenhuma fonte apontou ao *Farolete* interferência explícita da servidora na contratação da empresa pelas APMs.

Entretanto, sua situação pode **afrontar a Lei Municipal 3181/76**, que disciplina a atuação dos servidores municipais.

O Art. 237 diz ser "incompatível o exercício de cargo ou função pública municipal" por servidor que tem "participação de gerência ou administração de empresas (...) de prestação de serviços que mantenham relações negociais com o Município, sejam por este subvencionadas ou diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço em que o funcionário estiver lotado".

Em nota, a prefeitura afirmou que a **Corregedoria irá investigar o caso**. Internamente, integrantes do Executivo avaliam que mesmo não havendo ilegalidade, o caso revelado pelo *Farolete* **escancara a necessidade de atualizar e aprimorar os mecanismos internos de controle envolvendo as APMs**.

Histórico

A procuração dando poderes à servidora Roberta foi feita em 2014 e anexada na Junta Comercial em 2017. Não há, na consulta de documentos disponibilizada pelo órgão, modificação dessa cessão de direitos.

Tanto a Secretaria de Educação quanto a empresa afirmaram, ao *Farolete*, que a procuração foi revogada, mas sem mencionar a data, tampouco se a revogação ocorreu após os questionamentos da reportagem (**leia mais abaixo**).

Entre 2017 e 2018, a empresa Izaura recebeu R\$ 48 mil da prefeitura de Ribeirão Preto e Guarda Municipal, por meio da modalidade **dispensa de licitação**, para pequenos reparos em prédios públicos.

Servidora

Roberta é professora concursada da Rede Municipal desde 1999. Ela atuou por quase uma década como diretora de uma Escola de Ensino Infantil e, no segundo semestre de 2016, foi nomeada como assessora do Secretário de Educação, mantendo-se no posto no governo Duarte Nogueira.

Em 2020, segundo o Portal de Transparência, ela não exerceu mais funções em comissão. Em maio do ano passado voltou ao primeiro escalão, nomeada como **Chefe da Divisão de Atribuição de Aulas**.

Outro lado

A empresa Izaura ME afirmou que Roberta **"não tem interferência nenhuma na prestação de serviços e é alheia a qualquer situação que envolva a empresa"**. afirmou, ainda, que dentro da prefeitura sua atuação é "estritamente ligada a professores".

"Com relação à procuração, ela já se encontra revogada", informou a empresa, sem citar a data de revogação, mesmo quando questionada especificamente sobre isso pelo *Farolete*.

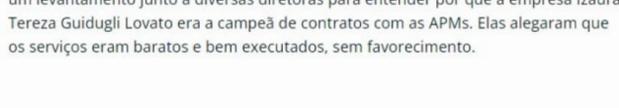
Na reportagem anterior, a microempresa já havia manifestado que atua há mais de uma década no mercado de obras e reformas, prestando serviços para a iniciativa privada, particulares e poder público.

Já a Secretaria de Educação reforçou os posicionamentos anteriores, explicando que "as APMs possuem autonomia" e a pasta **"não interfere"** nas decisões no que se refere à aplicação de recursos e escolha de fornecedores para execução de melhorias nas escolas municipais".

"É importante informar ainda que as prestações de contas dos repasses foram encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado", que segundo a pasta estão sendo analisados e "sem apontamentos até o momento".

A pasta também afirmou "trabalhar para o **aperfeiçoamento das prestações de contas** no Portal da Transparência" e que "encaminhará todas as informações levantadas para a Corregedoria Geral do Município".

Farolete apurou que ontem, motivada pela reportagem, a Secretaria de Educação fez um levantamento junto a diversas diretoras para entender por que a empresa Izaura Tereza Guidugli Lovato era a campeã de contratos com as APMs. Elas alegaram que os serviços eram baratos e bem executados, sem favorecimento.



Fiscalização Publicado em 08/09/2022 Tempo de leitura 4 mins

Câmara convoca Secretário de Educação após reportagens do Farolete sobre APMs

Felipe Miguel terá que prestar esclarecimentos aos vereadores sobre uso de recursos públicos milionários repassados a escolas



Por Cristiano Pavini

O Secretário de Educação de Ribeirão Preto, **Felipe Elias Miguel**, terá que prestar esclarecimentos ao Legislativo sobre o uso de recursos públicos pelas APMs (Associações de Pais e Mestres). A convocação foi aprovada por unanimidade pelos vereadores nesta terça-feira (6 de setembro), e teve como base a **série de reportagens** do *Farolete* sobre o tema.

Tanto o Secretário quanto a Chefe de Atribuição de Aulas, Roberta Leonardo, serão obrigados a comparecer à Câmara e responder questionamentos dos parlamentares, que já cogitam a abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito).

Conforme *Farolete* **revelou**, a servidora Roberta tinha procuração para gerenciar uma microempresa que recebeu R\$ 836 mil das APMs, mediante recursos públicos sem licitação.

Farolete também mostrou que a prefeitura injetou **R\$ 14,1 milhões** nas APMs em 2021. O montante foi maior do que a soma de todas as repasses feitos entre 2017 e 2020.

Repasses para APMs

Quanto a prefeitura enviou para as Associações de Pais e Mestres em cada ano (valores em milhões de reais sem correção inflacionária)



Fonte: Análise do Farolete junto aos dados oficiais do Tribunal de Contas • Dados de 2022 até junho

Com fragilidades em transparência e fiscalização, essas entidades nunca receberam tanto dinheiro, que foi **transferido às pressas** pela prefeitura. Foi uma manobra para driblar amarras, cumprir promessas, agilizar obras e tentar atingir o mínimo constitucional de gastos com educação.

O requerimento de convocação foi apresentado pelo **Coletivo Popular Judeti Zilli (PT)**, que é professora da rede municipal.

"Em momento algum temos a intenção de criminalizar ou culpabilizar as APMs. Dentro de uma gestão democrática, elas são essenciais e prestam um serviço fundamental para as escolas", ressaltou a vereadora, em discurso na tribuna da Câmara.

Ela apontou, porém, que em 2021 ocorreu um "aporte substancialmente alto" para as APMs, e que esse recurso foi utilizado sem licitação. "Um microempresário recebeu quase R\$ 1 milhão. Temos que esclarecer o devido uso desses recursos", citou, mencionando dados revelados pelo *Farolete*.

De acordo com uma série de reportagens realizadas pelo *Farolete*, nas últimas semanas, referente ao repasse de recursos no aporte de 14 milhões de reais para as Associações de Pais e Mestres (APMs) para pequenos reparos, compra de materiais, entre outros, revelou que grande parte dos serviços e consequentemente dos recursos estão sendo destinados para uma microempresa, com endereço em um condomínio residencial, no valor de R\$ 836 mil, no ano passado às escolas, sem licitação. Segundo a apuração do *Farolete* um membro do alto escalão da Educação Municipal controlava a microempresa.

Compreendendo que as denúncias demandam atenção e apuração, o Coletivo Popular Judeti Zilli (PT) solicita por meio de convocação a presença do Sr. Secretário Felipe Elias Miguel, e a Chefe do Setor de Atribuição, Roberta Leonardo, na Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos, no sentido de fiscalizar, apurar e esclarecer as denúncias apresentadas pelo *Farolete*.

Trecho do requerimento aprovado pelos vereadores

O vereador França (PSB) reforçou ser "justo que o Secretário dê explicações para esta Casa e para toda a cidade".

Gláucia Berenice (Republicanos), presidente da Comissão de Educação da Câmara, disse que Roberta "deveria ter se afastado das funções", citando o conflito entre sua atuação na empresa e na prefeitura.

"Dependendo do que for dito [pelo Secretário e por Roberta na convocação], se pode até iniciar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito)", afirmou Gláucia.

Elizeu Rocha (PP), que é líder do governo na Câmara, ressaltou que a prefeitura atendeu a uma demanda antiga das escolas para ampliar as verbas para APMs, elogiando a Secretaria de Educação. Mas fez uma analogia de que podem "ter recebido mel demais e algumas abelhas se lambuzaram".

Nome	Partido	Voto
ADEMOZAR RAFLASTUR	PSDB	3
ALESSANDRO MARACA	MDB	3
ANDRÉ RODINI	NOVO	3
ELIZEU ROCHA	PP	3
GILBERTO DO MERCADOR	PP	3
GLAUCIA BERENICE	REP	3
IGOR OLIVEIRA	MDB	3
BRANDO VEIGA	REP	3
JEAN CORAUCI	PSB	3
FRANCO FERRO	PRTB	3
BERTINHO SCANDIUIZZI	PSDB	3
COLETIVO JUDETI ZILLI	PT	3
LINCOLN FERNANDES	PDT	3
FRANÇA	PSB	3
MARCOS PAPA	DUDA HIDALGO	3
MATHEUS MORENO	MDB	3
MAURICIO ARRANCHES	PSDB	3
PAULO MODAS	UNIÃO	3
RAMON FAUSTINO	PSOL	3
RENATO ZUCOLOTO	PP	3
ZERBINATO	PSB	3
PODE	PT	3

Presentes 20
Ausentes 2
Sim 19
Não 0
Abstenções 0
Total 19

Discussão Única Projeto de Resolução PR 28/2022
MESA DA CÂMARA MUNICIPAL CONVOCA O EXCELENTÍSSIMO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, SENHOR FELIPE ELIAS MIGUEL, E A CHEFE DO SETOR DE ATRIBUIÇÃO, SENHORA ROBERTA LEONARDO, PARA PRESTAREM

Outro lado

Ao *Farolete*, o Secretário de Educação Felipe Miguel ressaltou que tomou diversas medidas internas para **ampliar a transparência e fiscalização** dos recursos das APMs.

"Foram determinadas aberturas de procedimentos administrativos para apurar eventual responsabilidade da servidora em questão, e também das contratações das APMs. Reforçamos as orientações para elas, e solicitamos que todos os prestadores de serviços declarem que não têm vínculo com servidor da prefeitura", afirmou Felipe.

Ele disse que acionou a Controladoria Geral do Município e a Procuradoria Geral para apurarem os fatos revelados pelas reportagens.

Afirmou, ainda, que deu andamento à contratação para mudanças no software de prestação de contas das APMs, com o objetivo de ampliar a transparência.

"Aguardo a oficialização da convocação para prestar os devidos esclarecimentos à Câmara", disse Felipe.

Em posicionamento anterior ao *Farolete*, a microempresa Izaura Izaura Tereza Guidugli Lovato informou que a funcionária Roberta "não tem interferência nenhuma na prestação de serviços e é alheia a qualquer situação que envolva a empresa". Afirmou, ainda, que dentro da prefeitura sua atuação é "estritamente ligada a professores".

Além da procuração que teve em nome da empresa – que segundo ela foi revogada –, Roberta é companheira do administrador da mesma e reside no mesmo endereço que o informado pela firma à Receita Federal.

APMs

Toda escola pública possui uma APM. Cada entidade tem CNPJ e conta bancária própria, movimentada pela diretora. O dinheiro entra por meio de atividades internas – como festas juninas –, transferências do governo federal e, principalmente, aportes da prefeitura.

Professores, pais, diretores, integrantes do poder público e membros de conselhos representativos ouvidos sob anonimato pelo *Farolete* foram unânimes: as APMs são essenciais e devem ser fortalecidas, pois agilizam reparos, compras de materiais e pequenas reformas, dando autonomia à comunidade escolar.

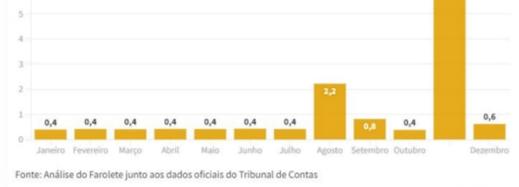
Entretanto, todos também alertaram que as APMs, em geral, não estão preparadas para lidar com tanto dinheiro como foi repassado em 2021, tampouco com a pressão do governo para que fosse rapidamente utilizado.

Entre 2014 e 2020, cada APM recebeu, em média, R\$ 30 mil anuais. O valor varia em cada ano, dependendo da disponibilidade financeira da prefeitura e do porte da escola. Já em 2021, a média foi de R\$ 130 mil, o quadruplo.

No ano passado, a maior parte dos repasses ocorreu próximo ao final do ano. *Farolete* apurou foi uma tentativa de cumprir a obrigação constitucional de direcionar 25% das receitas próprias para Educação.

Repasses mensais (2021)

Somatória de subvenções para APMs, agregado por mês. Valores em milhões de reais.



Fonte: Análise do Farolete junto aos dados oficiais do Tribunal de Contas

Farolete revelou que a microempresa Izaura Tereza Guidugli Lovato ME, que tinha Roberta como procuradora, foi a campeã de repasses recebidos pelas APMs em 2021, recebendo R\$ 836 mil. Tudo sem licitação. Nos dez últimos dias do ano, no apagar das luzes entre o Natal e o Réveillon, foram R\$ 179 mil.

Porém, ela não é a única que concentrou recursos. Em segundo e terceiro lugar estão duas microempresas com endereços residenciais que receberam, respectivamente, R\$ 367 mil e R\$ 362 mil.

Outras oito empresas receberam, na somatória das APMs, valores acima de R\$ 100 mil, originalmente de recursos públicos, no ano passado.

Ao todo, as APMs repassaram R\$ 7,2 milhões para empresas em 2021, sem procedimento licitatório. Os pagamentos se avolumaram no final do ano.

Correria natalina

Farolete separou todas as notas fiscais emitidas por empresas para APMs e agregou os valores em cada data. Quanto maior o tamanho das barras, maior o valor total das notas fiscais, de todas as empresas, emitidas naquele dia. As barras crescem no final do ano. O recorde foi em 22 de dezembro: R\$ 197 mil



A prefeitura alega que a ampliação da subvenção das APMs ocorreu para medidas emergenciais de segurança sanitária relativa à Covid, adequações físicas para obtenção do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e política de verdejamento das escolas.

O governo afirmou que "os controles e a fiscalização são bastante efetivos", com conferência mensal das prestações de contas das APMs.

A foto de capa desta reportagem é de *Guilherme Sircili*, da assessoria de imprensa da prefeitura.

Achou importante?
Apoie o jornalismo local, compartilhe essa matéria e ilumine outros leitores.

APOIAR

Faça parte do movimento para viabilizar outras reportagens, fortalecendo o jornalismo local independente! Estamos com uma campanha de financiamento coletivo no Catarse. Com a partir de R\$ 10 mensais, você nos ajuda a estruturar o site!

Apoiar →

REPORTAGENS RELACIONADAS



Fiscalização

Câmara de Ribeirão vai gastar R\$ 1,6 milhão na compra de 12 carros da Caoca Cherry



Fiscalização

Câmara de RP incluiu pesquisas de opinião em licitação de R\$ 1,9 mi para publicidade mirando eleições



Fiscalização

Empréstimo de 70 milhões de dólares deixará deôlares de RP refém do câmbio por 18 anos



Fiscalização  Publicado em: 23/09/2022  Tempo de leitura: 4 mins

Funcionária que gerenciava empresa ‘campeã’ das APMs é exonerada, MP investiga

Demissão ocorre 45 dias após Farolete revelar que ela controlava uma microempresa que recebeu R\$ 836 mil de recursos públicos



Por Cristiano Pavini

A servidora Roberta Leonardo foi exonerada nesta sexta-feira (23set) do cargo de chefia da Divisão de Atribuição de Aulas da Secretaria de Educação de Ribeirão Preto. A demissão ocorre 45 dias após *Farolete* revelar que ela controlava uma microempresa que recebeu **R\$ 836 mil de recursos públicos em 2021**. O montante foi repassado sem licitação, por meio das **APMs** (Associação de Pais e Mestres).

Série de **reportagens** do *Farolete* desnudou que as APMs receberam **R\$ 14 milhões** no ano passado, maior do que o volume repassado na somatória dos quatro anos anteriores. Embora essenciais para a comunidade escolar, elas têm **fragilidades em transparência, planejamento e fiscalização**.

Nesta semana, a Promotoria do Patrimônio Público do Ministério Público **instaurou inquérito civil** para investigar os fatos. O Geduc (Grupo de Atuação Especial de Educação), braço do MP que atua em pautas educacionais, também acompanha o caso.

A situação de Roberta ficou insustentável após ser convocada pela Câmara, a pedido do Coletivo Popular Judeti Zilli (PT), para prestar esclarecimentos. Ela e o secretário de Educação, Felipe Miguel, foram sabatinados pelos vereadores por quase duas horas na terça-feira (20set).

Bombardeada pelos parlamentares, Roberta confirmou que a microempresa Izaura Tereza Guidugli Lovato, campeã de recursos recebidos pelas APMs, é de sua sogra. A firma tem endereço na mesma casa em que a funcionária reside com o companheiro.

Sobre a procuração feita em 2014, revelada pelo *Farolete*, na qual recebeu plenos “poderes para tratar de assuntos, negócios e interesses” da empresa, Roberta disse que foi resultante de um adoecimento da sogra.



Nunca pratiquei nenhum ato administrativo ou de contratação em relação à empresa, nunca assinei nada. Eu esqueci essa procuração, só lembrei quando o Farolete trouxe à tona, e no mesmo dia revogamos”

Roberta Leonardo

A servidora apontou que seu trabalho na Educação é “estritamente ligado à atribuição de aulas”, sem relação com as APMs.

Suas respostas não convenceram os vereadores. Em especial quando alegou que não tinha ciência dos negócios. “Eu não sei o que a empresa de fato faz, onde ela atua. Não tenho nem tempo para isso”, esquivou-se. Disse que desconhecia, até, quantos funcionários a firma tem.

“A senhora não poderia ter assinado esta procuração. Está aqui [sendo sabatinada pelos vereadores] em uma situação constrangedora. Não pode alegar desconhecimento da lei”, disparou Gláucia Berenice, presidente da Comissão de Educação do Legislativo.

A Lei Municipal 3181/76 (Estatuto do Servidor Público) veda que funcionários públicos gerenciem empresas relacionadas à sua atuação. A Lei Federal 13.019/14, que regulamenta as parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil, também traz restrições ao uso de recursos para remunerar servidores ou seus parentes próximos.

A Controladoria Geral do Município abriu sindicância para apurar o caso.



Roberta assumiu ainda que entre 2009 e 2015, quando atuou como diretora de uma EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil), **contratou a empresa do marido com verba pública das APMs**. Alegou, porém, que fez cotação de preços, e o cônjuge ofereceu o orçamento mais barato.

A empresa Izaura Tereza Guidugli Lovato, à qual Roberta tinha procuração, foi a preferida das APMs em 2021, sendo contratada por 50 das 108 associações. Juntas, elas gastaram R\$ 7,2 milhões no ano passado. Um a cada oito reais foi parar na microempresa ligada à funcionária exonerada. **Os gastos de 2022 ainda não estão disponíveis no Portal de Transparência**

APMs

Autora da convocação, a vereadora Judeti Zilli reforçou ser essencial “discutir o atual modelo das APMs, ampliando a transparência, fiscalização e participação popular”.

“É óbvio que as escolas têm que receber recursos, mas de forma democrática! A atual Secretaria de Educação não implanta gestão democrática, e sim ensaios de democracia induzida”, criticou.

Em resposta aos vereadores, o secretário Felipe Miguel justificou que as APMs são compostas por diretores, pais e professores e submetidas à auditoria, e que suas contratações não sofrem influência da prefeitura.

Duda Hidalgo (PT) rebateu, apontando que a Educação estava terceirizando responsabilidades para as APMs, conforme revelado pelo *Farolete*, ao injetar recursos públicos para obras de adequação física para obtenção do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), entre outros.



Secretário de Educação (à direita, de terno azul) e Roberta Leonardo (de óculos) durante sabatina na Câmara. Foto: Divulgação/TV Câmara

Próximos passos

O secretário Felipe Miguel determinou a abertura de investigações internas na Educação, Procuradoria e Controladoria Geral do município, e disse que irá ampliar a fiscalização e transparência das APMs.

“Estamos abertos a sugestões para melhorar a eficiência desse modelo de descentralização do uso de recursos”, ressaltou na Câmara.

Por ser servidora concursada desde 1999, Roberta será realocada aos quadros da secretaria. Ela ainda pode ser demitida, caso a sindicância interna aponte irregularidades graves em sua conduta.

O promotor de Patrimônio Público, Sebastião Sérgio da Silveira, não respondeu ao e-mail do *Farolete* sobre os próximos passos de seu inquérito. De acordo com o jornal Tribuna, ele requisitou do Executivo e Legislativo todas as informações obtidas sobre o tema. A reportagem será atualizada se um retorno for enviado.

Dois vereadores ouvidos pelo *Farolete* afirmam que cogitam protocolar um pedido de **abertura de CPI** (Comissão Parlamentar de Inquérito). Eles aguardam o fim do primeiro turno das eleições, que ocorrerá em 2 de outubro, para convencerem os colegas a assinarem e aprovarem um requerimento.

A Controladoria Geral também está apurando os fatos em duas frentes: a atuação de Roberta e, também, se as APMs foram utilizadas pela Educação como uma manobra para tentar atingir o mínimo obrigatório de gastos com ensino.

A assessoria de imprensa da Educação afirmou que “foram enviados comunicados e ofícios com orientações para as APMs, além de uma reunião com o Secretário, solicitando mais rigidez na contratação dos serviços, para que cumpra, com todo o processo já estabelecido de acordo com o Estatuto Social da APM, e para que as declarações de não ocorrência de impedimentos para prestação de serviços sejam sempre preenchidas”.

As escolas também foram orientadas, segundo a nota, “a suspenderem quaisquer serviços com a empresa mencionada na reportagem do *Farolete*, podendo como consequência, terem as notas fiscais glosadas”.

Achou importante?

Apoie o jornalismo local, compartilhe essa matéria e ilumine outros leitores.




APOIE



Faça parte do movimento para viabilizar outras reportagens, fortalecendo o jornalismo local independente! Estamos com uma campanha de financiamento coletivo no Catarse. Com a partir de R\$ 10 mensais, você nos ajuda a reestruturar o site!

Apoiar →

REPORTAGENS RELACIONADAS



Fiscalização

Câmara de Ribeirão vai gastar R\$ 1,6 milhão na compra de 12 carros da Caoc Cherry



Fiscalização

Câmara de RP inclui pesquisas de opinião em licitação de R\$ 1,9 mi para publicidade mirando eleições



Fiscalização

Emprestimo de 70 milhões de dólares deixará prefeitura de RP refém do câmbio por 18 anos



Fiscalização  Publicado em: 05/10/2022  Tempo de leitura: 4 mins

Câmara de Ribeirão instaura CPI para investigar APMs após reportagens do Farolete

Requerimento foi encabeçado por Gláucia Berenice, vereadora que preside a Comissão de Educação, e assinado por outros sete parlamentares.

Por Cristiano Pavini

A Câmara de Ribeirão Preto instaurou nesta terça-feira (4 de outubro) uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar o uso de recursos públicos pelas APMs (Associações de Pais e Mestres). O requerimento foi encabeçado por Gláucia Berenice (Republicanos), vereadora que preside a Comissão de Educação, e assinado por outros sete parlamentares.

A apuração é consequência da série de reportagens do *Farolete*, que revelou uma manobra da prefeitura para turbinar os repasses dessas entidades, que receberam R\$ 14,1 milhões de recursos públicos em 2021.

Embora essenciais para a comunidade escolar, as APMs têm fragilidades na fiscalização, ao ponto de uma funcionária do alto escalão da Secretaria de Educação controlar uma microempresa que recebeu, sem licitação, R\$ 836 mil em 2021. Ela foi exonerada 45 dias após a revelação do *Farolete*, e em meio à pressão do Legislativo.

O Coletivo Popular Judeti Zilli (PT) também protocolou um pedido de CPI sobre as APMs. Ele será lido na quinta-feira (6 de outubro) e pensado ao requerimento de Gláucia, que tem prioridade na indicação dos membros por ter protocolado antes.

Poderá ocorrer uma composição política para ampliar de três para cinco o número de vereadores integrantes. Inicialmente devem compor a CPI, além de Gláucia, André Rodini (Novo) e Ramon Faustino (PSOL). O início dos trabalhos, com instauração oficial da investigação, deve ocorrer na quinta-feira (6out).

“As APMs são fundamentais para a manutenção da estrutura das unidades escolares. Porém, apesar de serem associações privadas, lidam com recursos públicos que devem ser aplicados mediante princípios da impessoalidade e economicidade. A CPI foi aberta visando esclarecer o caso denunciado pelo *Farolete*, bem como verificar os critérios de controle dessas despesas”, afirmou Gláucia Berenice à reportagem.

O que Farolete revelou

Em 2021, a Secretaria de Educação repassou R\$ 14,1 milhões para as APMs, valor superior à somatória dos quatro anos anteriores. A maior parte foi transferida às pressas, no final do ano, em uma manobra para tentar atingir os 25% de gastos obrigatórios com Educação e agilizar obras, como adequações para obtenção do AVCB e verdejamento.

Cada escola possui sua própria APM, gerenciada pela diretora, com conta bancária e CNPJ individual. Os gastos são feitos sem licitação, apenas mediante cotação. A transparência e fiscalização dessas despesas é falha, conforme revelado pela reportagem.

Embora haja 108 APMs, a maioria contrata as mesmas empresas. Com isso, uma microempresa, com endereço em uma residência, recebeu R\$ 836 mil delas, sem licitação, no ano passado. Encabeçam o ranking outras duas microempresas, também com sede em casas, que receberam cada uma cerca de R\$ 350 mil.

A servidora Roberta Leonardo, que exercia o cargo comissionado de chefe da Divisão de Atribuição de Aulas, controlava a empresa campeã das APMs. Farolete revelou que ela tinha uma procuração que lhe dava plenos poderes para gerenciar as atividades empresariais, além de ser casada com o filho da dona e morar no mesmo endereço da firma.

Citando o caso de Roberta Leonardo, o requerimento de abertura da CPI apontou ser essencial “avaliar os mecanismos de controles e possibilidade de assédio a outros agentes públicos por parte das empresas prestadoras de serviços”.

A CPI poderá convocar agentes públicos para prestarem depoimentos, que serão obrigados a responderem as perguntas. Também tem a prerrogativa de requisitar documentos da prefeitura.

No dia 20 de setembro, o secretário de Educação, Felipe Miguel, e a servidora Roberto Leonardo foram sabatinados pela Câmara após serem convocados a prestarem esclarecimentos. Eles falaram por cerca de duas horas.

Roberta alegou não ter ingerência sobre a empresa e que sequer se lembrava de ter uma procuração para atuar em nome dela. Justificou que o documento lhe passando plenos poderes ocorreu porque a sogra, dona no papel da firma, estava adoecida.

Disse, ainda, que sua função na Secretaria de Educação não está relacionada ao repasse de verbas às APMs, negando ter atuado para privilegiar a empresa que controlava. Ela foi exonerada na mesma semana em que depôs na Câmara.

Saia do escuro!

Receba nossas reportagens pelo seu celular ou assine nossa newsletter

Assinar transmissão via WhatsApp  ou Assinar 

Prefeitura

Questionada pelo *Farolete* sobre a abertura da CPI, a Secretaria de Educação afirmou que “está à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos”.

Em nota, a pasta ressaltou que “em virtude da autonomia das Associações de Pais e Mestres, não interfere nas contratações dos prestadores de serviços realizadas diretamente pelas próprias APMs”. Disse que “todas as informações estão atualizadas no Portal da Transparência, que está em frequente aperfeiçoamento”.

A Educação, em posicionamentos anteriores, afirmou que determinou a abertura de procedimentos internos para aprimorar os mecanismos de fiscalização e transparência das APMs, bem como o conflito de interesses e infrações legais de funcionários que estão vinculados a empresas por elas contratadas.

A Controladoria Geral do Município abriu investigação e o Ministério Público um inquérito civil.

Fragilidades

Professores, pais, diretores, integrantes do poder público e membros de conselhos representativos ouvidos sob anonimato pelo *Farolete* foram unânimes: as APMs são essenciais e devem ser fortalecidas, pois agilizam reparos, compras de materiais e pequenas reformas, dando autonomia à comunidade escolar.

Entretanto, todos também alertaram que as APMs, em geral, não estão preparadas para lidar com tanto dinheiro como foi repassado em 2021, tampouco com a pressão do governo para que fosse rapidamente utilizado.

“Cada escola é de um jeito. Por isso esse upgrade milionário que tivemos no ano passado é perigoso. De modo geral, as APMs não têm estrutura para gastar tanto recurso assim de forma eficiente. Além de desvios, pode ocorrer mau uso. Ou seja: contratar empresas por preço bem mais elevado do que o mercado, já que não há conhecimento técnico para avaliar”, relatou ao *Farolete* um veterano integrante de APM, que já participou dos conselhos municipais de Educação e de Alimentação Escolar.

Cabe ao diretor de cada escola gerir os recursos das APMs. Ele é acompanhado por um Conselho Fiscal, formado por dois pais de alunos e um professor. Cada unidade, porém, tem um *modus operandi* diferente, conforme a participação da comunidade escolar e postura do diretor.

Em algumas escolas, o diretor conduz a APM com mão de ferro, sem abrir a tomada de decisão para os demais integrantes. Pais e professores membros do Conselho Fiscal, nessas ocasiões, são indicados por afinidade do diretor e não fiscalizam, em razão da amizade ou por temerem represálias.

Em outras unidades, as decisões são compartilhadas e a fiscalização é rotineira, com pais e professores ativos.

As compras das APMs são feitas sem licitação. Entretanto, é necessário realizar três cotações prévias. As exceções ocorrem em casos excepcionais, como reparo emergencial elétrico.

Esse modelo era utilizado porque, em geral, as APMs faziam compras e contratações de baixo valor, em geral abaixo de R\$ 1 mil. Já em 2021, uma única APM chegou a pagar, entre o Natal e o Ano Novo, R\$ 30 mil para uma única empresa.

“É melhor que a escola gerencie os recursos e obras, já que a estrutura das unidades é muito heterogênea e com necessidades diferentes”, diz um professor ativo na comunidade escolar ouvido pelo *Farolete*.

Mas ele aponta que em 2021 muitas reformas foram feitas sem o devido acompanhamento da engenharia de obras. “Alguns diretores acabam não desperdiçando recursos com obras irregulares, sem total adequação às normas da ABNT, como não observar acessibilidade, além de uso para fins meramente estéticos”, citou.

Achou importante?

Apoie o jornalismo local, compartilhe essa matéria e ilumine outros leitores.



APCIE



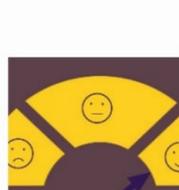
Faça parte do movimento para viabilizar outras reportagens, fortalecendo o jornalismo local independente! Estamos com uma campanha de financiamento coletivo no Catarse. Com a partir de R\$ 10 mensais, você nos ajuda a estruturar o site!

Apoiar 

REPORTAGENS RELACIONADAS



Fiscalização
Câmara de Ribeirão de gastar R\$ 1,6 milhão na compra de 12 carros da Caça Cherry



Fiscalização
Câmara de RP incluiu pesquisas de opinião em licitação de R\$ 1,9 mi para publicidade mirando eleições



Fiscalização
Empréstimo de 70 milhões de dólares deixará prefeitura de RP refém do câmbio por 18 anos



Reportagem

Trio pagou propina a ex-assessor da Smed para manter contrato, mostram diálogos

25 setembro 2023 por Pedro Nikamura



Empresários são aporreados pelo MP-RS como donos ocultos de empresas que têm contratos públicos milionários com a prefeitura de Porto Alegre. Foto: Alex Macchietti/Info

Investigação do Ministério Público aponta que trio de empresários teria usado parte das verbas pagas à Multiclean pela Smed para subornar agentes públicos; julgamento do STJ já decidir hoje se o uso dessas interceptações em denúncia de corrupção é legal. Rêus em processo têm contratos ativos com a prefeitura

Os três empresários que estão por trás de 15 anos de calotes em merendeiras, auxiliares de serviços gerais e cozinheiros das escolas municipais de Porto Alegre subornaram funcionário da prefeitura para manter contrato da Multiclean, mostram diálogos de 2016 obtidos pelo Ministério Público (MP-RS) e revisados pela **Matinal**. Era o último ano do governo Fortunati (2009-2016), no qual Sebastião Melo foi vice-prefeito.

O conteúdo foi acessado pelo órgão por meio da apreensão do celular de Carlos Varreira, ex-sócio oculto da empresa. Ele e os empresários Eduardo Winkler e Fernando de La Rue operaram a Multiclean na capital a partir de 2015 usando testas de ferro até a empresa “quebrar”, em 2020. A falência da empresa deixou, no auge da pandemia, um calote milionário em mais de mil funcionários, **que ganhavam por volta de R\$ 1,1 mil ao mês de salário**, e no fisco – cerca de R\$ 6,3 milhões, a maior parte dessa dívida com o INSS.

LEIA TAMBÉM

• **Três empresários estão há 15 anos aplicando calotes em terceirizados da prefeitura**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem **até hoje**, dia 25 de setembro, para avaliar se o MP pode usar esses diálogos nas ações criminais movidas contra o trio. A corte desautorizou em

abril o uso dessas interceptações como prova nos processos após um pedido de habeas corpus da defesa de Varreira, já que as conversas foram extraídas do celular dele. Na avaliação do ministro Joel Pácornik, que anulou a validade do uso delas como prova, as varas criminais ganchas autorizaram as interceptações com decisões genéricas e sem a devida fundamentação. O MP não quis comentar o caso à **Matinal**.

Uma ação sobre o caso, oriunda da denúncia do MP, tramita em sigilo no Tribunal de Justiça (TJ-RS) desde fevereiro de 2022 e acusa o trio de “corrupção ativa”, crime cuja pena varia entre dois e 12 anos de reclusão. Duas mulheres usadas como laranjas pelo grupo também são acusadas porque teriam “concordado” e “amado” com as práticas. Segundo o MP, o então coordenador jurídico da Secretaria Municipal de Educação (Smed), o advogado Conrado Lopes, assessor da pasta entre 2006 e 2016, teria recebido subornos para facilitar e agilizar repasses da Smed à Multiclean. Contatado pela reportagem, o ex-assessor preferiu não se manifestar.



Diálogos obtidos pelo MP-RS foram transcritos e listados usando a denominação “VM” (voz masculina) com a listagem de quem enviou áudios para quem em um documento separado.

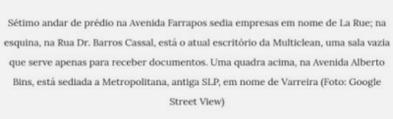
Em 26 de setembro de 2016, por exemplo, Varreira disse a Conrado Lopes em um áudio de WhatsApp estar sem dinheiro para lhe “repassar”. A prefeitura de Rio Grande, que também tinha contratos com a Multiclean, teria atrasado pagamentos, justificou. “Liguei agora para o Secretário da Fazenda, pra Secretária de Educação (de Rio Grande), pra entrar qualquer coisa pra mim te repassar”, disse. Dois dias depois (28/09), Varreira pediu para Lopes liberar valores travados na Smed e lhe prometeu uma parte. “Parece que já tá empenhado. Tá? Já tem o empenho dos 250 (mil). Eu tiro dali pra ti, cara. Faz hoje. Liga lá e libera esse valor hoje. Já tá lá no financeiro. Tá tudo certo pra receber esse valor. Eu tiro dali”, afirmou em áudio ao ex-assessor.

Uma consulta ao portal de transparência da capital atesta que, um dia antes da mensagem, **a pasta empenhou R\$ 250 mil** para a empresa. Após falar com Lopes, apelidado de “Olho Claro”, Varreira mandou um mesmo áudio para La Rue e Winkler. “O ‘Olho Claro’ tá tentando o valor pra amanhã, que é 250 (mil), mas ele quer os 100 (mil), entendeu? Ele quer 100 destes 250”, explicou. Winkler não gostou do valor. “Putz merda! Não era 50 (mil) que ele precisava? Tamo fudido, né, cara. Tá bem, vamos lá”, disse a Varreira. À noite, La Rue retornou afirmando que pegaria dinheiro emprestado, sem detalhar de onde. “O problema é o seguinte: nós tamo com falta de dinheiro. Se sair o empréstimo, eu quero dar 20 (mil) pro Olho Azul (Conrado)”, explicou.

Passados mais dois dias, na sexta-feira (30/09), Varreira teria entregue os R\$ 50 mil ao assessor da Smed, segundo o MP. Isso porque, de acordo com os diálogos, Winkler perguntou no fim da tarde daquele dia por WhatsApp se “ficou tudo certinho lá, entregou lá pro ‘Olho Claro’?” a Varreira, que confirmou a operação. “Entreguei lá pro Olho Claro, falei pra ele que a gente tinha feito empréstimo porque não tinha recebido de lugar nenhum, nem de Santa Cruz”, disse. Segundo **as faturas disponíveis no portal da transparência** da capital, a Multiclean de fato recebeu os R\$ 250 mil da Smed neste mesmo dia.

Citado no áudio, o município de Santa Cruz do Sul tinha contratos com o trio por meio da terceirizada Med Saúde, que prestou serviços médicos à cidade entre abril de 2016 e 2020. Foram R\$ 95,6 milhões repassados à terceirizada no período. Na época, a sócia no papel da Med Saúde era uma mulher que trabalhava no administrativo da Multiclean em Porto Alegre, apurou a **Matinal**. Hoje, La Rue é o titular da Med Saúde. Duas outras terceirizadas que estão no nome dele (APL e Orbis) somam R\$ 2,28 milhões em contratos ativos com o governo Melo. As três empresas têm sede no mesmo endereço, um escritório mantido por Winkler e La Rue na Avenida Farrapos.

Ações trabalhistas consultadas pela reportagem indicam que funcionários do setor administrativo da Multiclean, inclusive, acumularam funções fazendo serviços às empresas de La Rue, Orbis, APL e Med Saúde. A própria sócia no papel da Multiclean, a assistente administrativa Michele Ninov, trabalharia como “secretária” do empresário, de acordo com relatos de ex-empregados em um dos processos analisados pela **Matinal**.

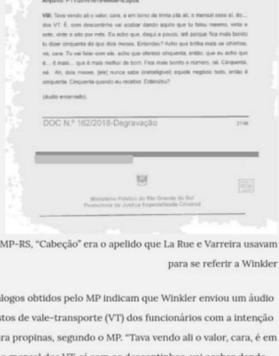


Sétimo andar de prédio na Avenida Farrapos sedia empresas em nome de La Rue; na esquina, na Rua Dr. Barros Cassal, está o atual escritório da Multiclean, uma sala vazia que serve apenas para receber documentos. Uma quadra acima, na Avenida Alberto Bins, está sediada a Metropolitana, antiga SLP, em nome de Varreira (Foto: Google Street View)

Vale-propina

Apesar da liberação dos R\$ 250 mil na sexta-feira (30), Varreira voltou a pressionar Conrado Lopes pela liberação de novos valores à Multiclean na segunda-feira (03/10) seguinte. “Cara, destranca o pagamento aí pra mim. Eu tô preocupado com isso. Nós pagamos os vales só até amanhã. Só dois dias de vale. Isso vai dar estouro. Por favor, destranca”, enviou o empresário por áudio ao ex-assessor da Smed. Duas horas depois, cobrou de novo Lopes por mensagem: “Conseguiu?”. Na época, o contrato da pasta com a terceirizada pagava por volta de R\$ 33 milhões anuais pelos serviços de merenda e limpeza das escolas municipais da capital.

De acordo com os diálogos, no fim do dia, Varreira enviou um áudio para Winkler dizendo que “amanhã fica liberado o resto da Smed”. “Eu falei com o Olho Claro (Conrado) de manhã, tá, pra ver se liberava, porque a merda daquela mulher, tal de Ângela (servidora) tava trancando, tinha mandando um email pra Multiclean na sexta, mas parece que liberou tudo agora à tarde”, disse. E foi o que aconteceu. Quase R\$ 2,8 milhões empenhados naquela segunda-feira (03/10) **foram pagos no dia seguinte (04/10) à terceirizada**, de acordo com as faturas disponíveis no portal da transparência municipal.



De acordo com o MP-RS, “Cabeção” era o apelido que La Rue e Varreira usavam para se referir a Winkler

Ainda em outubro, os diálogos obtidos pelo MP indicam que Winkler enviou um áudio a Varreira calculando gastos de vale-transporte (VT) dos funcionários com a intenção de usar parte do valor para propinas, segundo o MP. “Tava vendo aí o valor, cara, é em torno de 30 (mil) pila ali, o mensal dos VT, aí com os descontos ali, vai acabar dando aquilo que tu falou mesmo, 27, 28 (mil) por mês”, afirmou o empresário em 19 de outubro. “Daqui a pouco fica mais bonito tu dizer 50 do que dois meses, entendeu? Acho que brilha mais os olhinhos. Fica mais bonito o número, né? Tu vai falar com ele, acho que oferece 50 (mil). ‘50 quando eu receber’, entendeu?”, sugeriu Winkler a Varreira, somando dois meses de VT.

A conversa discutia o pagamento de outra parcela de R\$ 50 mil a Lopes, de acordo com a denúncia do MP. Conforme os diálogos, Varreira concordou com Winkler sobre não parcelar novas ofertas a agentes públicos. “Tá certo. Eu te falei que não dava pra dar todo o dinheiro. Já pensou se tivesse oferecido? Se a gente oferecesse todos os meses? Isso é uma paulada, meu”, disse. No fim do mesmo dia, Varreira enviou outro áudio a Lopes. “Pensando numa alternativa pra resolver essa situação, quem sabe tu me adianta uma nota. Faz pagar uma nota, nota pequena, pelo menos. Vê o que tu pode fazer, daí eu resolvo pra ti”, afirmou.

A relação entre o trio e Lopes, no entanto, era conturbada. Em 8 de novembro, o grupo tentava deixar acertada a renovação do contrato da terceirizada antes da troca de governo para a gestão Marchezan. Já que Melo, à época o candidato apoiado pelo grupo segundo mostram os diálogos, havia perdido, Winkler enviou mensagens de texto a Varreira. “Vai ser foda com o Olho Claro... Vamos acabar matando esse loko”, disse. Varreira respondeu por áudio. “Acabei a reunião com ele. Foda já tá porque ele é fôdião”, afirmou. No fim da tarde, ele marcou um encontro com o ex-assessor e La Rue. “Amanhã reunimo eu, tu e Fernando (de La Rue) no veltório às 14 horas”, disse a Lopes.

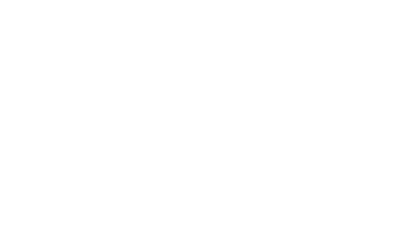
Dias mais tarde, em 28 de novembro, Lopes combinou com Varreira detalhes do processo de renovação do contrato da terceirizada. “Não, assim, tu colocou ‘só será renovado’, isso não... Tem que tirar essa frase aí. Tá? E a data aí tu botou até 2016”, disse Varreira por áudio. “Olha lá agora, mande outro com essas alterações”, respondeu o assessor, que teve um “tudo ok” do empresário como resposta. À tarde, Varreira pediu “o número do processo da renovação” a Lopes, que respondeu ser “o mesmo processo”. Em consulta ao **portal da transparência**, a **Matinal** atestou que as renovações do contrato da empresa junto à Smed para 2017 são compatíveis com o número fornecido por Lopes nas mensagens.

Segundo o MP, os valores “diretamente” prometidos e oferecidos ao advogado Conrado Lopes também seriam “indiretamente” repassados à secretária da pasta à época, a professora Cleci Jurach, que esteve à frente da Smed durante todo o governo Fortunati, entre 2009 e 2016. À reportagem, o advogado de Jurach, Rui Zetter, disse que “nenhum ato ilícito foi praticado pela Cleci enquanto secretária de educação de Porto Alegre, tendo ela sido denunciada conjuntamente aos demais em razão de conclusões equivocadas do Ministério Público e unicamente por ocupar cargo hierarquicamente relevante na administração municipal”.

Sobre eventuais casos de corrupção durante a sua gestão, a ex-secretária disse que “jamais admitiria desvio de fontes públicas para beneficiar qualquer pessoa”. “Sou funcionária municipal aposentada, trabalhei a vida toda no serviço público, no magistério, e não encontrei meu nome no lixo”, afirmou Jurach à **Matinal**. “Eu acredito que isso (propinas) não era possível até porque nenhuma medida que nós tomássemos, não era de um assessor ou de uma secretária, tudo envolvia a procuradoria e o controle financeiro da prefeitura”, explicou, afirmando que seu ex-assessor Conrado Lopes é quem devia explicações sobre os diálogos. Ele não quis conversar com a reportagem sobre a assintoma.

Segundo a ex-secretária, na época, seccionais da Secretaria da Fazenda (SMF) e da Procuradoria-Geral do Município (PGM) foram integradas à Smed, e os servidores desses setores não se reportavam a ela, mas às suas pastas de origem – o que não inclui Conrado, que era coordenador jurídico da Smed. “Difícil poderia acontecer um ato de corrupção dentro da estrutura da secretaria com tantos observadores e tanta fiscalização. Não vou te dizer que não tenha existido, mas era difícil de acontecer”, explicou Jurach. Contatada, a gestão atual da Smed não respondeu às perguntas da **Matinal**.

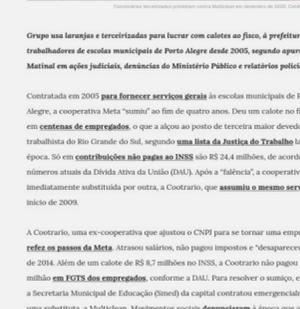
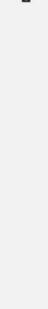
Não há denúncias diretas a Jurach nos áudios revisados pela reportagem, mas o MP acredita que os empresários tenham se referido a ela em um áudio que fala de uma “mulher” que receberia valores junto a Lopes. O diálogo ocorreu em 6 de setembro, quando Varreira quis tranquilizar Winkler sobre atrasos em repasses da Smed à Multiclean. “É falta de dinheiro de verdade. Claro que a verba da educação é carimbada, por isso que ela tá fazendo tudo esse brigueiro. A princípio é sexta-feira, vamo (sic) esperar. E como eles não vão receber enquanto não nos pagam, eles tão chutando as canela de todo mundo lá, os Olhos Claros e a Mulher. Como avai dos dois, não tem problema a gente atrasar”, disse. A defesa da ex-secretária diz que a conclusão do Ministério Público é “equivocada”.



Reportagem

Três empresários estão há 15 anos aplicando calotes em terceirizados da prefeitura, segundo denúncias

26 setembro 2023 por Pedro Malmora



Grupo usa laranjas e terceirizadas para lucrar com calotes ao fisco, à prefeitura e trabalhadores de escolas municipais de Porto Alegre desde 2005, segundo apuração de Matinal em ações judiciais, denúncias do Ministério Público e relatório pericial

Contratada em 2005 para fornecer serviços gerais às escolas municipais de Porto Alegre, a cooperativa Meta "sumiu" ao fim de quatro anos. Deu um calote no fisco e em centenas de empregados, o que a colocou ao posto de terceira maior devedora trabalhista do Rio Grande do Sul, segundo uma lista da Justiça do Trabalho lançada à época. Só em contribuições não pagas ao INSS são R\$ 24,4 milhões, de acordo com números atuais da Divisão Ativa da União (DAU). Após a "falência", cooperativa foi imediatamente substituída por outra, a Coatrário, que assumiu o mesmo serviço no início de 2009.

A Coatrário, uma ex-cooperativa que ajustou o CNPJ para se tornar uma empresa, **refez os passos da Meta**. Atravou salários, não pagou impostos e "desapareceu" no fim de 2014. Além de um calote de R\$ 8,7 milhões no INSS, a Coatrário não pagou R\$ 16 milhão em FGTS dos empregados, conforme a DAU. Para resolver o assunto, em 2015, a Secretaria Municipal de Educação (Smed) da capital contratou engendralmente uma substituta, a Multiclean. Movimentos sociais **denunciaram** à época que a nova terceirizada, contratada às pressas, tinha a mesma equipe de RH e outros que a Coatrário. Mas essa não era a única semelhança.

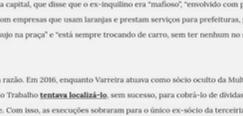
LEIA TAMBÉM
Trio ocioso preside a ex-assessor da Smed para manter contrato
Como as antecessoras, a Multiclean atravou salários, não pagou o fisco e seguiu ativa até "vanchar" em 2020. Deturva vários calotes, como R\$ 6,38 milhões em impostos, multas e contribuições ao INSS não pagas, de acordo com a DAU. Uma ação do Sindicato dos Empregados Terceirizados em Anexo e Conservação (Seae/RS) também cobra R\$ 10,5 milhões em dívidas trabalhistas com mil ex-funcionários das escolas da capital. A prefeitura da capital precisa depositar R\$ 3 milhões em juízo para arcar com parte dessa dívida, segundo a Procuradoria-Geral do Município (PGM). Mas a ação também embargou contra a decisão. No total, Meta, Coatrário e Multiclean somam hoje R\$ 41,4 milhões em dívidas com a União, a maior parte delas com o INSS.

Ao longo de 15 anos, a Smed mudou as prestadoras de serviços em merenda e limpeza da pasta, mas os calotes e sumiços se repetiram. Os nomes nas equipes dessas empresas também. Ex-sócios de Meta e Coatrário trabalharam na própria sócia administrativa da Multiclean, segundo apuração da reportagem. A sócia sócia da empresa, Michele Ninow, ganhava da terceirizada apenas R\$ 1 mil mensais e ela mesma trabalhava como assistente administrativa, segundo um **relatório da Polícia Federal (PF)** o que a **Matinal** teve acesso. Não até se inscrever em um **concurso público da prefeitura** para essa mesma função em 2016, enquanto a empresa que ela presidia no papel recebia R\$ 36 milhões só em seu contrato na pasta.

Uma quarta empresa, que atende hoje presta serviços de construtores e funde **deixou um rastro de reformas precárias em escolas**. A Metropolisana (ex-SLP), segue o mesmo modo operandi. Em comum entre as quatro terceirizadas está um trio de empresários que transformaram o calote ao erário, ao fisco e aos trabalhadores em negócio, segundo investigações. Eles usam laranjas para ocultar suas atividades. Mas a **Matinal** chegou a quem eles são ao cruzar ações judiciais, investigações do Ministério Público e por meio de entrevistas com ex-funcionários dessas empresas: Carlos Varreira, Eduardo Winkler e Fernando de La Rue.

Uma fonte ligada à Multiclean afirmou à reportagem, por exemplo, que Varreira e La Rue eram apresentados como "donos" da empresa à equipe, mas que a participação deles era oculta da Smed. "O nome dele não podia ser mencionado de forma alguma", disse. "Isso era uma ordem." Além disso, segundo relatório do MP a que a **Matinal** teve acesso, os automóveis usados por funcionários da terceirizada eram **locados junto a uma empresa em nome de Winkler**, especializada em aluguel de carros e imóveis. Só entre 2005 e 2020, essas terceirizadas receberam por volta de R\$ 400 milhões somente em contratos de merenda e limpeza de escolas municipais da capital.

O relatório menciona empresa ligada ao trio e **semelhante ao do "grupo Job"**, uma organização que existe desde os anos 90 e usa dezenas de terceirizadas para dar calotes no poder público, no fisco e nos trabalhadores. A operação desta outra rede, ligada à família Pinheiro Prates, também **deixou dívidas** com centenas de funcionários. No entanto, ao contrário do grupo Job, que **defeitu vários processos, sanções e penúncios** e foi alvo de uma operação da Polícia Civil, Winkler, La Rue e Varreira seguem fechando contratos com prefeituras e o governo Eduardo Leite.



Quatro terceirizadas ligadas a três empresários prestam serviços às escolas municipais da capital desde 2005

Os donos de fato

Denúncias do MP que hoje tramitam em segredo de Justiça apontam que Winkler e La Rue seriam os **"donos de fato" de Meta e Coatrário**. Só Varreira e a esposa, Cynthia Seyer, acumulam quase R\$ 130 milhões em bens, entre empresas, imóveis, uma fazenda de água mineral, florestas de eucalipto e lotes de terras, segundo um inventário da família a que tivemos acesso. É o contador deles quem assina a contabilidade da **Meta**.

Em março de 2016, a própria irmã de Winkler, Flávia Rosane, **ligou a uma Vira de Trabalho para dizer que o irmão usa "laranjas"**, para atuar à frente de uma rede de empresas em vários municípios do Estado, relato que chegou ao MP, e a **Matinal** confirmou a veracidade.

Já La Rue é o sócio-administrador de outras empresas com contratos com prefeituras gaúchas e o governo do Estado que acumulam **acusações de superfaturamento até formação de cartéis**, como as terceirizadas API e Med Saúde. Nos anos 2000, já havia **acusações de desvio de verba** em obras de reforma contra o empresário, que foi **conselheiro da Meta e da Cotravél**, uma **cooperativa fraudulenta** que também teve Michele Ninow como sócia e par sócio por volta de 2010. Rosane, que não seguiu com as denúncias contra o irmão, trabalhou ao menos até 2021 numa das empresas de La Rue.

Ele e Winkler se conheceram no menos desde os anos 90, quando foram sócios em uma indústria metalúrgica. "Fui meu colega de trabalho", disse La Rue sobre Winkler em 2008, ao testemunhar em favor do empresário em um recurso contra uma multa de trânsito aplicada enquanto viajavam juntos. O advogado de Winkler na ação foi Carlos Olson, o mesmo que hoje defende Meta, Coatrário e Multiclean em muitos dos 17 mil processos trabalhistas que tramitam contra elas, segundo contrato de março do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4). Outros 983 estão arquivados e à espera de revisão, irregularidade considerada "atípica" por magistrados do tribunal.

A dupla operou na Smed "incluindo apresentação de novas empresas em nome de terceiros" para contornar "obscure legal e tributário à contratação e/ou renovação de contratos com as pessoas jurídicas do grupo", diz **uma das denúncias sigilosas** do MP revisadas pela **Matinal**. Anos depois, em 2014, segundo a investigação, Varreira, ex-secretário-geral do Solidariedade no RS, incluiu a Multiclean no esquema.

Em 2015, ele assinou os primeiros contratos da terceirizada com a Smed. Varreira já havia atuado à frente da Vigilância Noroeste, terceirizada que comandou ao lado de outros dois laranjas – um deles usado para **ocultar a titularidade de Winkler** em uma companhia florestal acusada de crimes ambientais. A Noroeste falhou no início dos anos 2010, deixando R\$ 2,6 milhões em dívidas só com a União.

Relatórios da investigação do MP da época **chegaram a indicar** que Varreira "não tem endereço fixo por muito tempo e as empresas que ele participa ou comanda também não permanecem muito tempo nos locais indicados nos registros formais". Em uma das diligências, agentes **conversaram com o sócio de um prédio** em que Varreira morou na capital, que disse que o ex-parceiro era "maluco", "envolvido com políticos e raios com empresas que usam laranjas e prestam serviços para prefeituras, pois tem o nome nojo na praça" e "está sempre trocando de carro, sem ter nenhum no seu nome".

Ele tinha razão. Em 2016, enquanto Varreira atuava como sócio oculto da Multiclean, a Justiça do Trabalho **tentava localizá-lo**, sem sucesso, para cobrá-lo de dívidas da Noroeste. Com isso, as execuções sobreram para o único ex-sócio da terceirizada localizado pelo tribunal, um laranja que atuava como confidante. O funcionário teve de **assinar uma "declaração de pobreza"** para impedir o vínculo de seu salário. Em outra ação, advogados que cobraram a Noroeste por 12 anos de insumos, em 2021, de confiscar bens de Varreira por não encontrar nada em seu nome e "desconhecer o endereço e parâmetro" dele.

Segundo o **relatório da PF**, o empresário usa a esposa, Luciana Côdreas, para compra bens e mover dinheiro. Em 2019, ela registrou R\$ 2,1 milhões só em imóveis. A descoberta veio da Operação Câmbio em 2020, uma força-tarefa liderada pela Polícia Federal que apurou desvios em um hospital de Rio Pardo, no interior gaúcho. Na ocasião, Varreira foi investigado porque usou a antiga SLP, atual Metropolisana, que presta serviços à Smed, para **atuar até R\$ 13 milhões em verbas da saúde**. O laranja à frente da empresa, um ex-operador industrial com ensino fundamental incompleto, havia feito serviços de pedreiro a Varreira.

De acordo com a PF, seu sócio na terceirizada era Renato Walter, que a reportagem constatou ter sido **advogado da Coatrário**. O caso tramita em sigilo e rendeu em 2020 a prisão preventiva da dupla, que foi solta semanas depois. Ambos também são os donos de fato da SV Serviços, terceirizada que mantém um **office boy** com endereço na periferia de Ylmaria à frente da empresa, conforme mostrou a **Matinal** em julho. No mês seguinte, a empresa ganhou um **novo contrato de R\$ 1,2 milhão** na Secretaria Estadual de Educação (Seduc). **A SV chegou a ser a escolhida para suceder a Multiclean** no contrato de merenda e limpeza da Smed em 2021, porém as revelações da PF à época forçaram a prefeitura a suspender o certame e lançar um edital de contratação temporária, que vigorou até 2022, quando a Metropolisana, ex-SLP, enviou a proposta, abocanhando parte dos novos contratos.

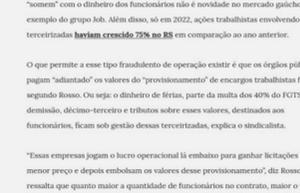


Dois terceirizadas ligadas a Winkler, La Rue e Varreira têm dívidas principalmente com a previdência. Meta acumula maior dívida, enquanto Coatrário a terceira e Multiclean a sexta

Laranjas guardam "blindagem patrimonial"

O uso de pessoas sem bens como letas de ferro permite que, na hora da justiça líquida dívidas dessas empresas, os tribunais não encontrem patrimônio para pagá-las ou diluam esses débitos entre muitas pessoas. A laranja usada à frente da Multiclean, Michele Ninow, por exemplo, já havia "dirigido" a cooperativa fraudulenta a Cotravél, na qual Winkler e La Rue foram diretores. Ela já ocupou o cargo junto a Marilene Francisco, ex-conselheira do Coatrário, e que trabalhou no financeiro da Multiclean, segundo ex-funcionários disseram à **Matinal**.

Em 2021, por exemplo, ex-diretores dessa Cotravél (Ninow, Francisco e mais duas pessoas) **foram alvo de uma execução judicial de R\$ 12 mil** em dívidas trabalhistas. Não foram encontrados bens em nome de nenhum dos quatro, cujas contas bancárias estavam quase vazias. Uma das processadas, que hoje é auxiliar administrativa no Zaffari, teve bloqueadas as contas onde recebia o salário **o provento da revenda de produtos da Aron**. Winkler já respondeu por dívidas pelo tempo em que esteve à frente dessa cooperativa, mas a inclusão de trabalhadores sobre "diversas prestadoras de serviços permitiu, por exemplo, que os **débitos fossem "diluídos", entre o milionário e suas laranjas** associadas.



A Matinal obteve o número de Winkler por meio de autos judiciais e confirmou que o número era o dele com uma fonte que já o havia telefonado; empréstimo de fato estava nos EUA, conforme a reportagem confirmou por meio das redes sociais

Segundo as investigações do MP, Winkler teria uma posição de liderança no grupo que foi de calotes em prefeituras e funcionários um negócio lucrativo, incluindo La Rue e Varreira como "operadores" de terceirizadas como a Multiclean. A **Matinal** tentou falar com ele por meio de seu WhatsApp, cujo número encontramos em autos judiciais e confirmamos como sendo o dele com uma fonte que já o havia telefonado. "Falo com Eduardo Winkler?", perguntamos. "O que seria?", ele respondeu. Quando a reportagem mencionou as terceirizadas, Winkler fingiu ser outra pessoa, afirmou estar nos EUA e enviou sua localização, na qual o mapa marcava as redondezas de um hotel em Los Angeles. Em seguida, nos bloqueou.

Por meio do Facebook, a **Matinal** constatou que a esposa de Winkler pontou na página do mesmo contato um vídeo do casal em Griffin Park, um dos cartões postais de Los Angeles, próximo ao famoso letreiro de Hollywood.

Também tentamos contato com Varreira, que não respondeu às perguntas enviadas e pediu para seu advogado, Rafael Ariza, dizer à reportagem se não o procure mais. Varreira se sentiu constrangido e perseguido, disse Ariza.

A reportagem também visitou endereço da Multiclean e de empresas de La Rue, e não conseguiu falar com o empresário. Uma de suas funcionárias indicou como contato o número do advogado Francisco Beck, sócio de Ariza, que bloqueou a reportagem no WhatsApp antes que pudessemos enviar nossas dúvidas.

A **Matinal** ainda tentou um retorno da Smed com relação às terceirizadas Meta, Coatrário e Multiclean, mas o assessor da pasta não respondeu aos pedidos de informação. Já o escritório Senger Advogados, que defende o grupo em processos trabalhistas por meio de Carlos Olson, disse que o colégio de ética da advocacia os impede de dar detalhes sobre seus clientes.

Uma **decisão do TRT-4 reconhece desde março** deste ano que Meta, Coatrário, Multiclean e sete outras terceirizadas, entre elas a Cotravél e a Noroeste, estão conectadas pela mesma rede de pessoas e integram um só grupo econômico. Na avaliação do juiz do trabalho Carlos Busatto, coordenador do Juízo Auxiliar de Execução e Precatórios do TRT-4, a "permanência no tempo" dos mesmos nomes e relações indicam a operação de um grupo que, em uma primeira fase, usou cooperativas de trabalho para fraudar a legislação trabalhista e, em seguida, evoluiu para o uso de CNPJs comerciais.

"As atitudes realizadas nos tipos empresariais garantiram, em um lado, a blindagem necessária para que a responsabilidade patrimonial sobre as dívidas acumuladas recaísse sobre o menor número de pessoas que, em sua maioria, não possuíam patrimônio para fazer frente ao passivo existente e, de outro, possibilitasse a continuidade do mesmo grupo de pessoas no ramo de prestação de serviços", disse o juiz. A decisão instaurou um Regime Especial de Execução Fiscal (REEF) contra o grupo para facilitar o confisco de valores e pagar as dívidas detidas.

A sentença não incluiu no REEF terceirizadas de Varreira ainda em atividade, como a SV e a antiga SLP, que trocou de nome para Metropolisana em agosto deste ano e mudou-se do antigo endereço na Av. Benjamin Constant para a Rua Alberto Bins, em um prédio que fica a uma quadra de um escritório mantido por La Rue e Winkler na Avenida Farrapos, em Porto Alegre. Por fim, a troca alçou oficialmente Varreira e Renato Walter ao posto de sócios da empresa, cargo que antes era oculto.

Em 2022, a Metropolisana, ex-SLP, recebeu R\$ 21,5 milhões da prefeitura de Porto Alegre, quantia que deve atingir R\$ 22 milhões neste ano, de acordo com o portal da transparência municipal. Um dos contratos assinados no ano passado, de manutenção predial para toda a rede municipal de ensino, foi assinado pela Smed enquanto uma **ação movida pelos alunos da PF contra a grupo de empresas vigiava**, segundo CGLJ. Desde 2018, os contratos mais volumosos de SV e Metropolisana junto à prefeitura de Porto Alegre não estão mais na Smed, e sim na Secretaria Municipal de Saúde (SMS), em serviços de limpeza para hospitais, UPAs e postos.

Juiz do TRT-4 identificou que dez terceirizadas, como Meta, Coatrário e Multiclean, que são alvo de diversas ações trabalhistas pertencem ao mesmo grupo econômico.

Terceirizadas lucrariam com "provisionamento" trabalhista

Montada em setembro de 2014 às vésperas da falência da Coatrário, a Multiclean foi comprada de um CNPJ de dois moradores de Butiá, cidade localizada R\$ 30 quilômetros a oeste de Porto Alegre e terra natal de Varreira. A empresa mudou de endereço para a capital e teve Michele Ninow registrada como sócia. Na ocasião, a sociedade administrativa **assinou uma procuração que deu plenos poderes** a La Rue, inclusive para criar e movimentar contas bancárias em nome dela e da empresa. Em 2020, com a Operação Câmbio, a PF também foi à casa de Ninow, uma "residência popular, nos fundos de um salão de beleza".

La Rue recebeu procuração com plenos poderes para criar e movimentar contas bancárias da Multiclean em nome de Ninow

A "visita" ocorreu porque a polícia constatou que Varreira havia registrado na Receita uma dívida de R\$ 1,4 milhão de Ninow com ele, descoberta que motivou o mandado cumprido na residência da assistente administrativa. A suspeita dos policiais é que Varreira quis "lavrar" essa quantia usando o nome da laranja. Ao tentar contatá-la, a reportagem falou com uma pessoa próxima dela que disse que Ninow não falaria sobre a Multiclean por temer "perder o emprego" de assistente administrativa junto ao grupo.

Além de Ninow, outra laranja, Roselaine Corrêa, moradora de uma casa de tijolos no bairro Bom Jesus, na capital, também chegou a ser o nome usado como testa de ferro da terceirizada. A Multiclean recebeu cerca de R\$ 200 milhões da Smed até 2020, segundo o portal da transparência de Porto Alegre.

Na avaliação do sindicalista Francisco Rosso, presidente do Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Empresa de Anexo e Conservação e de empresas "terceirizadas em Anexo e Conservação do RS (Seae/RS), o "padrão" de serviços que "quebram" e "somem" com o dinheiro dos funcionários não é novidade no mercado gaúcho, a exemplo do grupo Job. Além disso, só em 2022, ações trabalhistas envolvendo terceirizadas **haviam crescido 75% no RS** em comparação ao ano anterior.

O que permite a esse tipo fraudulento de operação existir é que os órgãos públicos pagam "adiantado" os valores do "provisionamento" de encargos trabalhistas futuros, segundo Rosso. Ou seja: o direito de férias, parte da multa dos 40% FGTS por demissão, décimo-terceiro e tributos sobre esses valores, destinados aos funcionários, ficam sob gestão dessas terceirizadas, explora o sindicalista.

"Essas empresas jogam o lucro operacional lá embaixo para ganhar licitações pelo menor preço e depois embolam os valores desse provisionamento", diz Rosso, que resulta que quanto maior a quantidade de funcionários contratados, maior o valor disponível às terceirizadas. Os de merenda e limpeza junto à Smed, por exemplo, superaram os mil trabalhadores. "Na hora de pagar o empregado, não tem mais esse dinheiro de provisionamento porque já usaram como lucro, e aí é hora de assumir" afirma o sindicalista. Rosane diz que os principais prejudicados são mães solo, negras e da periferia, a maioria dos funcionários dessas empresas. O presidente da Seae propõe que o estado e municípios criem um caixa separado, uma "conta vinculada" para depósito desses encargos trabalhistas a exemplo do que é feito nas licitações federais.

Neste ano, por exemplo, a prefeitura de Porto Alegre já gastou R\$ 2,5 milhões em indenizações trabalhistas, com previsão desses custos subirem para quase R\$ 4 milhões, segundo o Portal da Transparência municipal. Só a ação movida pela Seac contra o calote milionário da Multiclean em ex-terceirizados de Smed gerou um depósito em juízo por parte do município de R\$ 3 milhões, conforme uma decisão de julho da Justiça do Trabalho. A prefeitura interpôs embargos e decisão, que ainda não foram julgados, segundo a PGM. "Sobre ações trabalhistas e condenações decorrentes de contratos com Meta e Coatrário", a PGM informa que houve o ajustamento de muitas ações (contra o Coatrário)", disse a pasta. De acordo com números do TRT-4 de março, o município é cobrado em 781 ações trabalhistas movidas contra a Coatrário.

Mas a prefeitura de Porto Alegre quer ampliar as terceirizações. O plano de Meta é ceder à iniciativa privada a **propriedade, gestão dos serviços terceirizados prestados às escolas municipais**. No topo da Smed há cerca de 300 prestadoras, como é feito hoje, a ideia é que uma única empresa seja responsável pela substituição dessas terceirizadas das escolas por até 20 anos. O projeto **deve ser 50% mais caro do que os custos atuais** do poder municipal, segundo CGLJ. Hoje, a Smed gasta R\$ 150 milhões anuais com terceirizações nas unidades de ensino. Já a PPP já custar cerca de R\$ 225 milhões ao ano.

Faça com o repórter: pedrin@matinaljournalismo.com.br

Box de apoio ao jornalismo local e independente, incluindo o logotipo 'APOIE-NOS' e o endereço 'R. João de Deus, 100 - Porto Alegre, RS - Brasil'.

Relacionadas: Projeto de Melo quer controlar feiras ecológicas por decreto e incluir "atransversadores", Entre promessa de agilidade e risco de acidentes, patinetes compartilhadas voltam a Porto Alegre, Na TV Pampa, apresentadora defende dizimação do povo palestino, Band RS mantém no ar comentarista que chamou palestinos de "animais" e pregou genocídio.

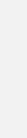
Footer com logos de parceiros: matinal, (parêntese), ROGER LEINA, APOIE O JORNALISMO LOCAL E INDEPENDENTE, QUERO APOIAR A MATINAL.

Footer com informações de contato: Quem Somos | Apoiadores | Anúncio Aqui | Fale Conosco | Transparência, e ícones de redes sociais.

Reportagem

Office boy assina R\$ 39 milhões em contratos com a prefeitura de Porto Alegre e o governo do Rio Grande do Sul

06 julho 2023 por [Pedro Nakamura](#)



Único sócio-administrador da SV Apoio Logístico tem endereço na periferia de Viamão; operação da Polícia Federal indica que verdaderos donos - um pastor e um advogado - usaram laranjas e fizeram contratos públicos milionários

No papel, António Garcia é o único dono da SV Apoio Logístico desde fevereiro de 2021. Como sócio-administrador da empresa, o nome de Garcia assina um total de R\$ 39 milhões em contratos com os governos Melo e Leite para prestar serviços de portaria, limpeza ou manutenção para secretarias, polícias, escolas e fundações. Na prática, porém, Garcia é office boy da SV e não participa do dia a dia de sua administração, segundo ele mesmo disse ao **Matinal** por telefone.

Só com a prefeitura de Porto Alegre, o nome dele consta em contratos que somam R\$ 25,8 milhões. As estimativas consideram os valores empenhados para a terceirizada desde o início de 2021 nos portais de transparência do estado e da capital.



Áudio em que António Garcia diz ser office boy da SV

O endereço residencial de Garcia registrado no contrato social da SV fica em uma casa de tijolos localizada na ladeira de uma zona periférica de Viamão. Na residência moram familiares do office boy, que informaram seu celular e disseram que ele havia se mudado recentemente. Por ligação, Garcia confirmou ser sócio da SV e trabalhar na terceirizada com o empresário e pastor evangélico Carlos Serba Varreira, ex-secretário geral do partido Solidariedade no Rio Grande do Sul e ex-vereador de Butiá, município a 84 km da capital.

Varreira foi preso pela Polícia Federal (PF) em maio de 2020 no âmbito da Operação Camilo, uma investigação que apurou fraudes e desvios de dinheiro em um hospital de Rio Pardo. Na ocasião, ele tentou fugir e jogou R\$ 82 mil em espécie em uma lata de lixo. As autoridades o acusam de ser o sócio oculto de uma rede de terceirizadas, entre elas a SV, que usaria testas de ferro para ocultar a lavagem de dinheiro público desviado. Os contratos assinados por António Garcia com a prefeitura de Porto Alegre e com o governo do RS foram firmados depois da operação.

De acordo com **relatórios da força-tarefa** consultados pelo **Matinal**, o pastor foi apontado como um dos "sócios de fato" da SV. A terceirizada, no entanto, não foi indicada por não ter envolvimento direto nos **gestões em Rio Pardo**.

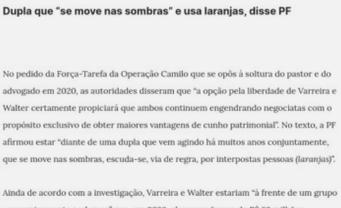
Meses depois, Varreira foi solto com um habeas corpus concedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e hoje responde em liberdade ao processo criminal. Procurado pela reportagem, o pastor da Assembleia de Deus não respondeu se segue à frente da rede apontada pela força-tarefa ou da SV. "Não tenho nenhum esclarecimento a prestar, apenas afirmo que é muito triste ver essa iniciativa de publicar fatos passados, que já foram objeto de notícia", disse.

Em visita à sede da terceirizada e após consulta à vizinhança, o **Matinal** apurou que Varreira vai regularmente à SV, cujo endereço fica no bairro Rio Branco, na capital gaúcha. Por e-mail, a empresa disse não ser investigada, atuar "em conformidade com as normas legais e com observância dos contratos firmados" e não ter "nada a esclarecer".

Segundo a denúncia de 2020 da Polícia Federal, Varreira operaria uma rede de terceirizadas em parceria com o advogado Renato Walter, ex-assessor da Assembleia Legislativa do RS que, segundo a PF, atuou no setor de "gestão e contratos" do governo de transição de Eduardo Leite em 2018, por indicação do Solidariedade. Walter também foi preso temporariamente pela Operação Camilo. Até a pandemia da covid-19, a SV estava sediada em um escritório de advocacia mantido pelo pastor e pelo advogado no Centro Histórico de Porto Alegre e, no papel, era administrada por um técnico em informática de Butiá, Marcos Pacheco, também apontado como laranja pela PF.

"A empresa (SV) tem servido como vigorosa fonte de recursos a Varreira, onde ele ocupa o cargo de diretor operacional com remuneração aproximadamente 10 vezes superior ao 'pró-labore' recebido pelo suposto sócio-proprietário Marcos Pacheco", apontou a PF em 2020, conforme trechos da quebra de sigilo fiscal da operação a que o **Matinal** teve acesso. "Já Renato Walter mantém um suposto contrato de prestação de serviços jurídicos que lhe rende mensalmente mais de 20 vezes o valor do 'pró-labore' do referido sócio-proprietário", detalha a denúncia. "Em 24 meses, esses valores superam R\$ 670 mil." O office boy António Garcia sucedeu o laranja Marcos Pacheco no início de 2021, após o técnico em informática ter morrido.

Procurado pela reportagem, Walter disse que as acusações contra ele já estão sendo tratadas em ação judicial. Também afirmou que dará explicações no processo, e não à imprensa.



O nome de Garcia é assinado digitalmente nos contratos com o poder público. Foto: Portal da Transparência do RS/Reprodução

Dupla que "se move nas sombras" e usa laranjas, disse PF

No pedido da Força-Tarefa da Operação Camilo que se opôs à soltura do pastor e do advogado em 2020, as autoridades disseram que "a opção pela liberdade de Varreira e Walter certamente propiciará que ambos continuem engendrando negociações com o propósito exclusivo de obter maiores vantagens de cunho patrimonial". No texto, a PF afirmou estar "diante de uma dupla que vem agindo há muitos anos conjuntamente, que se move nas sombras, escuda-se, via de regra, por interpostas pessoas (laranjas)".

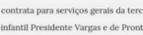
Ainda de acordo com a investigação, Varreira e Walter estariam "à frente de um grupo economicamente poderoso" que, em 2020, alcançava "cerca de R\$ 83 milhões efetivamente pagos" em serviços com o poder público, conforme os autos de processos decorrentes da operação. "Além disso, suas relações demonstram que os investigados são detentores de grande proeminência no mundo político partidário, o que, quase sempre, dificulta os trabalhos de investigação e fiscalização em razão da possível tentativa de influenciar testemunhas e outros investigados", diz a PF.

Hoje, três anos após a operação, a SV tem um total de R\$ 11,6 milhões em contratos vigentes com o governo de Sebastião Melo (SMDS) e a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), em Porto Alegre. Contatada, a SMS disse que os aspectos formais e administrativos da prestação de serviços da terceirizada estão regulares. "Qualquer inconformidade apontada pela fiscalização, as empresas estão sendo notificadas, conforme previsto nos contratos registrados", afirmou em nota.

No total, desde 2016, contando também os serviços já encerrados, a SV somou R\$ 138 milhões em contratos com o Piratini e a prefeitura da capital, conforme levantamento do **Matinal** em portais da transparência. Até sua prisão, Varreira é quem assinava em nome do ex-sócio Marcos Pacheco a maior parte dos contratos firmados com o poder público. Hoje, o nome de Garcia "chancela" os acordos por meio de uma assinatura digital. Além dos governos estadual e da capital, a SV também mantém contratos com prefeituras do interior.

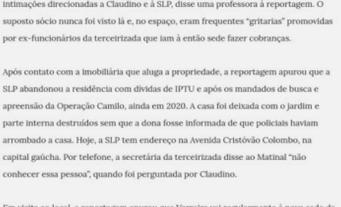
Horas após o contato telefônico em que confirmou ao **Matinal** ser office boy da SV, Garcia retornou a ligação e fez à reportagem um convite para uma entrevista presencial no escritório da empresa. Ao fundo, a voz de um terceiro lhe dava orientações. "Fala, fala", dizia o interlocutor antes da ligação cair. "Ele representa refex o contato, pergunto quem estava dando ordens a Garcia e pediu para conversar com os supostos "sócios de fato" da SV conforme a PF, Renato Walter e Carlos Varreira.

O office boy disse que estava "no trânsito com a esposa", se despediu e encerrou a conversa. Mas se esqueceu de desligar a chamada, Garcia então iniciou um diálogo com o interlocutor que o orientava, sem saber que a reportagem o ouvia. "Renato, Renato, ele disse que queria conversar com o Varreira também", disse. "Mas manda tomar no c* a matéria dele", responde o terceiro. Na sequência, o office boy reclama da visita da reportagem a seu endereço residencial. "Ele falou que se quer falar comigo, conhece minha família e tal, e eu com isso, né? Eu amo a minha família", afirmou Garcia. "Eu mato ele, eu acho".



Sem saber que está sendo gravado, Garcia ameaça o repórter e fala com interlocutor identificado como 'Renato'.

O interlocutor tenta acalmar o office boy, diz que repórteres "são assim mesmo" e que iria lhe contar a história de uma entrevista do "prefeito de Porto Alegre" à RBS. Três dias que ele saiu da RBS, ele falou ali com o pessoal ah, o que vou fazer?", iniciou. Nesse momento, a ligação caiu, sem conclusão para a história. Por meio de sua assessora, Melo negou ter qualquer relação com Varreira ou Walter. Por e-mail, Walter reafirmou ser ele o "Renato" da conversa com Garcia porque estaria "for em casa de cama".



Carlos Varreira assinou contratos para a SV em nome de Pacheco, testa de ferro que precedeu Garcia. A imagem é de um contrato firmado em 2019 com o governo estadual. Foto: Portal da Transparência do RS/Reprodução

Laranja de terceirizadas

De acordo com a investigação da PF, o modus operandi da SV seria semelhante ao de outra terceirizada que teria Varreira e Walter como sócios ocultos e que também presta serviços à prefeitura e ao Piratini, a SLP Serviços. Hoje, a empresa tem R\$ 4,4 milhões em três contratos vigentes com a prefeitura de Porto Alegre, dois deles para a Secretaria Municipal de Educação (Smed) e outro com a SMS.

Até abril, a empresa também era a responsável pela manutenção predial das escolas municipais. Diretores de escolas contaram ao **Matinal** que a SLP prestava os serviços de manutenção pela metade ou de forma demorada e malfeita. Em junho, a empresa também começou a atrasar os salários de auxiliares de cozinha. No total, desde 2019, a SLP já custou R\$ 56,1 milhões em serviços para a prefeitura da capital. Os contratos iniciaram no governo Marchezan, mas se multiplicaram na gestão Melo.

Ao **Matinal**, a SMS, que a contrata para serviços gerais da terceirizada à própria pasta e aos hospitais materno-infantil Presidente Vargas e de Pronto-Socorro (HPS), disse que a prestação está regular. Já com o governo estadual, o total de contratos com a SLP a partir de 2018 soma hoje R\$ 41,1 milhões já pagos.

No papel, a SLP tem como único sócio-administrador Antonio Claudino desde 2017. Em 2020, após a Operação Camilo, Claudino disse à PF ser pedreiro, nunca ter ouvido falar na empresa, não ter bens e conhecer Varreira porque fez reforma em seu sítio e apartamento. Como Marcos Pacheco e António Garcia na SV, Claudino seria um laranja da SLP.

O **Matinal** confirmou que, em 2017, época em que se tornou o único dono da SLP, Claudino trabalhava como operador de indústria gráfica em uma empresa de painéis que operava em Eldorado do Sul.

A reportagem visitou o suposto endereço residencial de Claudino que consta no contrato social da SLP, de novembro de 2021. O local fica onde foi a sede da terceirizada apenas até 2020, em Cachoeirinha, a 20 km de Porto Alegre. Em conversa com a vizinhança, moradores disseram que ninguém morava na casa, que tinha uso apenas comercial. Hoje, no local funciona uma creche - lá, até hoje chegam intimidações direcionadas a Claudino e a SLP, disse uma professora à reportagem. O suposto sócio nunca foi visto lá e, no espaço, eram frequentes "gritarias" promovidas por ex-funcionários da terceirizada que iam à então sede fazer cobranças.

Após abandonar a imobiliária que aluga a propriedade, a reportagem apurou que a SLP abandonou a residência com dívidas de IPTU e após os mandados de busca e apreensão da Operação Camilo, ainda em 2020. A casa foi deixada com o jardim e parte interna destruídos sem que a dona fosse informada de que policiais haviam arrombado a casa. Hoje, a SLP tem endereço na Avenida Cristóvão Colombo, na capital gaúcha. Por telefone, a secretária da terceirizada disse ao **Matinal** "não conhecer essa pessoa", quando foi perguntada por Claudino.

Em visita ao local, a reportagem apurou que Varreira vai regularmente à nova sede da SLP. Perguntado se segue à frente da empresa, o pastor não respondeu. Contatado por meio de uma rede social para perguntas, Claudino indicou o contato do advogado Rafael Ariza, também responsável pela defesa de Varreira e Walter das acusações das autoridades. Na área da Operação Camilo, dias após ter prestado o depoimento à PF em que admitia ser um laranja, o suposto testa-de-ferro passou a ser defendido por Ariza e, então, voltou atrás no que havia dito.

Contatado, o advogado Rafael Ariza não quis prestar esclarecimentos sobre seus clientes. Ao **Matinal**, a SLP disse que todos os seus contratos são executados de forma regular e que suas obrigações legais são cumpridas. "A SLP possui todas as certidões negativas, assim como atestados de capacidade técnica emitidos pelos contratantes em razão da qualidade dos serviços prestados", afirmou em nota. A terceirizada também negou ter qualquer relação com a SV. Uma auditoria do Tribunal de Contas feita após a Operação Camilo, no entanto, apontou que foram identificadas transações de R\$ 575 mil da SV à SLP, o que indicaria "intima relação entre os recursos das empresas, em benefício de seus reais operadores".

De acordo com GZH, contratos firmados pela Smed com a SLP foram firmados enquanto havia uma medida cautelar que a impedia de atuar junto à prefeitura da capital por conta das revelações da operação.

Ao **Matinal**, o governo municipal disse que as contratações da SLP durante o gestão Melo foram feitas "em respeito ao resultado da licitação e levou em consideração o fato de que a própria administração reassalvou o ato administrativo que impedia a empresa de contratar com o Município, diante da falta de provas contra a empresa, o que culminou com o arquivamento da cautelar posteriormente".

Segundo a investigação da Operação Camilo, Smed durante o governo Farchezan deu um calote de R\$ 3,2 milhões nos funcionários. A atual sócia-administradora da empresa também seria uma laranja ligada ao pastor, segundo a PF. A reportagem ligou, mandou e-mail e foi ao endereço da Multiclean, mas não conseguiu localizar representantes da terceirizada. Hoje, o Ministério Público (MP-RS) investiga supostos subornos pagos por empresários ligados a Multiclean a procuradores municipais da capital.

O que diz o governo estadual

O **Matinal** procurou o governo estadual com dúvidas sobre a SV por meio da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGC) após a assessoria do Piratini indicar a pasta para responder pelas contratações. A secretária, no entanto, prestou contas apenas sobre os contratos firmados por ela, e não sobre os demais órgãos.

"A SPOG atualmente tem dois contratos de prestação de serviços com a empresa SV Apoio Logístico para atendimento da rede Tudo FíciL. As contratações ocorreram dentro da legalidade, após processo licitatório, no qual a empresa apresentou toda a documentação exigida por lei", disse a SPOG em nota. "Além disso, após a celebração dos contratos, toda a gestão ocorre dentro dos preceitos legais e normativos, sendo a contratada fiscalizada regularmente. Caso haja algum tipo de atuação irregular, ou fora do que é previsto em lei, firmos apurar e serião tomadas as providências cabíveis".

A SPOG também confirmou que, após ser informada das descobertas da Operação Camilo, abriu um procedimento em 2020 para apurar se António Claudino era um laranja à frente da SLP. "Este processo administrativo está atualmente arquivado, aguardando o desfecho da denúncia realizada ao Ministério Público, para fins de continuidade do processo sancionatório contra a empresa SLP", disse em nota. Hoje, a pasta mantém dois contratos com a terceirizada e afirmou atuar "de forma preventiva, repressiva e educativa junto às empresas contratadas com intuito de proteger a administração pública e os trabalhadores prestadores de serviços, que são a parte mais vulnerável nas contratações de serviços terceirizados".

Box with text: 'Gostou desta reportagem? Garanta que outros assuntos importantes para o interesse público da nossa cidade sejam abordados: apoie-nos financeiramente!' and a button for 'APOIE-NOS'.

Se você já nos apoia, agradecemos por fazer parte da rede **Matinal: Faça login** e tenha acesso a todo o nosso conteúdo.

Compartilhe esta reportagem em suas redes sociais!

Letra: SV Serviços: Terceirização

RELACIONADAS

Projeto de Melo quer controlar feiras ecológicas por decreto e incluir "atravessadores"
29 outubro 2023 às 18h00

Entre promessa de agilidade e risco de acidentes, patinetes compartilhadas voltam a Porto Alegre
27 outubro 2023 às 09h30

Na TV Pampa, apresentadora defende dizimação do povo palestino
25 outubro 2023 às 09h32

Band RS mantém no ar comentarista que chamou palestinos de "animais" e pregou genocídio
25 outubro 2023 às 09h30

matinal

(parêntese)

ROGER LERINA

APOIE O JORNALISMO LOCAL E INDEPENDENTE

Newsletters Reportagens

Última edição Todas as edições

Reportagens Artigos

QUERO APOIAR A MENTE

Paralelos em PDF

Notas

Agenda

As nos apoiar financeiramente, você também tem acesso ao nosso conteúdo exclusivo e Matinal News completa e as newsletters de Juremir Machado da Silva, do Roger Lerina e da revista Parêntese

Ofício de Escrita

O Som da Sertão

Artes Visuais

Colunistas

Crônica

Cinema

Falsetim

Palavra do(a) assinante

Dança

Charges, Cartões & Ilustrações

FormaFunção

Fotografia

Crônica

Entrevistas

Literatura

Ensaio

Ensaio Fotográfico

Música

Ensaio Fotográfico

Memória

Teatro

Nossos Mortos

Recomendações

Televídeo

O que é a Parêntese

Copyright © 2023 Matinal

Quem Somos | Apoiadores | Anuncie Aqui | Fale Conosco | Transparência

Instagram Facebook Twitter YouTube

EDIÇÃO
ESPECIAL

RE GRAD

NAO ACEITO
CORRUPÇÃO

4º PRÊMIO | 2023/2024

OS 18 TRABALHOS PREMIADOS NAS CATEGORIAS
ACADEMIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO,
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL,
BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA,
JORNALISMO INVESTIGATIVO E
COMUNICAÇÃO LOCAL



PARCERIA:



INSTITUTO
NAO ACEITO
CORRUPÇÃO

UNIVEM

Centro Universitário Eurípides de Marília